



## Jornada internacional da Fundação Perseu Abramo no

# 8º CONGRESSO BRASIL JUSTO

PARTIDO DO POVO **FORTE** e **MOBILIZADO**

*Clara Charf e Sônia Braga*

O PT e o  
antifascismo

**EDINHO SILVA**

Democracia e  
a soberania no  
centro do debate  
político

**HUMBERTO COSTA**

O enfrentamento  
ao neofascismo  
no Brasil

**MONICA VALENTE**

Antifascismo &  
socialismo

**VALTER POMAR**



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

**EDITORIAL****8º CONGRESSO BRASIL JUSTO PT**  
*Clara Charf e Sônia Braga* PARTIDO DO POVO FORTE e ORGANIZADO

Este boletim é uma publicação da Fundação Perseu Abramo através do Núcleo de Cooperação Internacional.

A primeira edição do boletim foi distribuída aos participantes da Conferência Antifascista realizada em Porto Alegre (RS) em março de 2026.

Esta segunda edição foi produzida para contribuir nos debates do 8º Congresso Nacional do PT, que acontece de 24 a 26 de abril de 2026.

Nas próximas páginas, publicamos textos de dirigentes petistas diretamente responsáveis pelas tarefas internacionais. Publicamos, também, textos coletivos elaborados pelos grupos de conjuntura que a Fundação Perseu Abramo constituiu para cooperar com o trabalho da Secretaria de Relações Internacionais

do PT.

O esforço de produzir esta segunda edição deve-se à nossa percepção de que “nunca antes na história do Brasil” foi tão importante acompanhar, entender e agir sobre a situação mundial. E, da mesma forma, nunca antes uma eleição presidencial brasileira teve tamanho impacto internacional como terá a eleição que ocorrerá em outubro de 2026.

A ingerência dos Estados Unidos na política brasileira não é propriamente uma novidade. O golpe de 1964, o golpe contra Dilma e contra Lula são exemplos disso. Uma novidade é que hoje esta ingerência ocorre num contexto em que a hegemonia mundial dos EUA está sob forte contestação. Como reação a isto, nosso vizinho do Norte está redobrando esforços para tentar fazer da América Latina seu “quintal”. Daí a pressão brutal sobre Venezuela e Cuba, daí a ingerência eleitoral na Argentina e outros países, daí o cerco inclusive militar contra o Brasil.

Esta operação conta com aliados: a extrema-direita, especialmente a família cavernícola, apoia descaradamente a ingerência dos EUA, mesmo quando o efeito imediato desta ingerência implica em aumento das tarifas, do preço do combustível e dos alimentos.

A ingerência não terminará em outubro. A próxima gestão petista, que vai começar em janeiro de 2027, terá que lidar com um mundo de crises e de guerras. Por isto, a militância petista e o conjunto da esquerda brasileira precisam ampliar sua compreensão acerca deste momento da história e ampliar sua ação internacionalista. Este é o propósito deste boletim.

Boa leitura a todas e todos!

**BRENNO CÉSAR GOMES DE ALMEIDA**

Presidente interino da Fundação Perseu Abramo.

**VALTER POMAR**

Diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br) [www.youtube.com/@FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/@FundacaoPerseuAbramo)

[www.facebook.com/fundacao.perseuabramo](https://www.facebook.com/fundacao.perseuabramo) [www.instagram.com/fpabramo/](https://www.instagram.com/fpabramo/)

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

[www.pt.org.br](http://www.pt.org.br) | [www.facebook.com/pt.brasil](https://www.facebook.com/pt.brasil) | [www.instagram.com/ptbrasil/x.com/ptbrasil](https://www.instagram.com/ptbrasil/x.com/ptbrasil) | [www.youtube.com/TVPTBrasil](https://www.youtube.com/TVPTBrasil)

**INTERNACIONAL**

Publicação do Núcleo de Relações Internacionais da  
Fundação Perseu Abramo  
Organizador: Valter Pomar  
Revisão: Rita Camacho  
Projeto Gráfico e diagramação: Emilio Font / ELAHP



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Instituída pelo Diretório Nacional do  
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

**Diretoria: Presidente (interino):** Brenno César Gomes de Almeida; **Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol; **Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar. **Conselho editorial:** Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Lincoln Secco, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério. **Coordenador editorial:** Rogério Chaves. **Assistente editorial:** Raquel Costa. Rua Francisco Cruz, 234, São Paulo, SP, Brazil, 04117-091

■ LUTA ANTIFASCISTA

# O PT e o antifascismo

Bruno Peres/Agência Brasil



*Este texto foi concluído em 21 de março de 2026 e publicado originalmente no boletim Internacional nº 1, editado pela Fundação Perseu Abramo por ocasião da I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, realizada em Porto Alegre (RS) de 26 a 29 de março. Republicamos o artigo neste boletim tendo em vista a atualidade do tema.*

## EDINHO SILVA

Presidente nacional do PT

O combate à ascensão do fascismo a partir da segunda década do século XXI é o maior desafio das forças democráticas, progressistas e de esquerda no mundo. No Partido dos Trabalhadores (PT), nós não temos dúvidas que é a nossa grande missão como o maior partido de esquerda da América Latina. Trata-se da principal luta do nosso tempo, especialmente no ano em que o presidente Lula disputará a reeleição. As eleições de

2026 devem ser um recado do Brasil ao mundo de caráter humanitário e de consolidação das forças democráticas.

O país viveu de perto a ascensão fascista de 2019 a 2022. Nesse período, vivemos o desmonte das políticas públicas, a diminuição do papel do Estado, que foi entregue aos interesses de poucos. Inclusive colocando em xeque a saúde pública em uma época de pandemia. O sistema financeiro, por sua vez, ao longo do último governo, conquistou permissividades que levaram ao maior escândalo financeiro da história do país, o caso do Banco Master.

Ao eleger o presidente Lula em

2022, conseguimos frear a destruição das instituições. Sofremos uma tentativa de quebra da ordem democrática em 8 de janeiro de 2023, mas impusemos a derrota da tentativa de golpe de Estado e do plano de assassinato do presidente e vice-presidente da República com base na confiança da separação entre os Poderes e no fortalecimento das forças democráticas.

Ao mesmo tempo, foi iniciado um processo de reconstrução que recolocou o país no rumo certo. Foi preciso refazer os programas sociais, como o Bolsa Família, para que os brasileiros voltassem a ter direitos básicos e saíssem do retro-



## ■ LUTA ANTIFASCISTA

cesso.

Em 2014, 12 anos após o presidente Lula ter sido eleito pela primeira vez com a missão de tirar o Brasil do Mapa da Fome, nosso país saiu pela primeira vez dessa estatística desastrosa.

Em 2021, durante o desgoverno de Bolsonaro, enfrentamos o trágico retorno da fome ao Brasil. Em apenas dois anos do terceiro governo Lula, o país voltou a sair do Mapa da Fome, devolvendo a dignidade para o povo brasileiro.

Criamos mais políticas, como o Pé-de-Meia, para recolocar a educação como primordial para o desenvolvimento do país e evitar a evasão escolar, que perpetua ciclos de falta de oportunidades.

Apesar dos avanços, as ameaças do fascismo perduram no Brasil e no mundo. Movimentos de extrema-direita estão organizados nacionalmente e internacionalmente, e contam com massivo financiamento e a conivência da falta de transparência dos algoritmos das *big techs*.

Não há como enfrentar os grandes temas da sociedade atual se não combatemos as forças racistas, xenófobas, homofóbicas, antidemocráticas e autoritárias que emergem nessa nova etapa de reorganização dos fascistas que atraem todas as classes sociais com discursos criminosos e negacionistas.

É possível traçar semelhanças da ascensão do novo fascismo com a primeira fase do movimento que desencadeou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entretanto, é preciso também entender as diferenças para que possamos traçar estratégias de como combatê-lo diante das novas formas de organização das corporações, as redes de comunicação em massa digitais e a crise dos organismos multilaterais.

Assim como na primeira fase do fascismo, o mundo vive uma crise eco-

nômica de longa duração. No período anterior, um ciclo de ampliação de mercados, superprodução e expansão desregulada da especulação, em especial, nos Estados Unidos – que passava a assumir protagonismo econômico mundial – provocou a crise de 1929. Esse contexto implicou em um agravamento nas condições de vida no mundo todo. Em especial na Europa, polo econômico e industrial do “Velho Mundo”, a crise levou ao crescimento vertiginoso do desemprego, ao empobrecimento da população e à falência de empresas. A Alemanha foi um dos exemplos mais graves de crise econômica diante das já impostas derrotas após a Primeira Guerra (1914 - 1918) e ainda a falência da República de Weimar na década de 20.

A deterioração da qualidade de vida da população, o mal-estar, o desemprego e o sentimento de humilhação do pós-Primeira Guerra criaram um ambiente fértil para o fortalecimento do Partido Nazista com base na ideia xenofóbica e criminosa de que o país estaria em crise devido aos financistas judeus, aos negros, aos imigrantes, à população LGBT.

Os nazistas exploraram um sentimento antisemita já existente em uma população que buscava soluções simples para problemas complexos, como assegurar amplamente direitos básicos e dignidade. Emergiu, deste contexto, um estado ultranacionalista, autoritário, antidemocrático e fascista. Conhecemos o resto da história com a perseguição aos judeus e a minorias, como os ciganos. O Holocausto gerou uma das páginas mais terríveis da história mundial.

Analogamente, se deu na Itália fascista de Mussolini; em Portugal, sob Salazar; e, na Espanha, sob Franco.

Agora, também vivemos uma crise longa do capitalismo. Talvez, a mais longa da história do sistema.

A crise de 2008 também foi desen-

cadeada por um ciclo de exacerbação da liberalização financeira, e a insustentabilidade de um regime financeiro baseado no superendividamento – em especial, das famílias. Aqui também se caracteriza uma estrutural de superprodução e de baixo consumo.

A reorientação da política econômica dominante a partir da década de 1980, com o choque do petróleo e o fim da União Soviética, foi pautada pela perda de protagonismo da política fiscal e predominância da política monetária. Essa mudança marca o fim do período de “capitalismo domesticado”, da construção dos Estados de Bem-Estar Social em países europeus, que eram viabilizados economicamente por instrumentos de valorização do trabalho e ampliação de mercados, e politicamente imposto pela concorrência com as experiências de socialismo real.

O retorno do liberalismo econômico, sob o neoliberalismo, passou a ser pautado pela redução do papel do Estado em proteger empregos para ampliar seu papel em proteger empresas. A orientação passa a ser pelo desmonte dos sistemas de proteção social, desregulação de mercados – em especial, o mercado de trabalho – redução de tarifas e impostos – fomentando o crescimento de paraísos fiscais, e redução das taxas de juros para estimular o crescimento via endividamento. Defende-se um Estado mínimo para garantia de direitos; mas que se apresenta como máximo para a manutenção de privilégios.

Quando este sistema entra em crise, em 2008, a partir da bolha imobiliária do *subprime* nos Estados Unidos, instituições financeiras entram em colapso, o desemprego explode, e a pobreza cresce. Diante de um contexto econômico de alta integração e de flexibilização financeira no mundo todo, a crise rapidamente toma proporções globais.

Para estancar o colapso do sistema

## ■ LUTA ANTIFASCISTA

financeiro, como resposta, tivemos novamente o Estado socorrendo essas instituições, as nações se endividando para salvar o sistema financeiro. Como resposta ao aumento do endividamento, a austeridade é apresentada como necessidade política, motivando o crescimento do desemprego, o crescimento das desigualdades e o achatamento da classe média. Ou seja, prioriza-se o papel do Estado em salvar as instituições financeiras em detrimento da preservação de empregos e direitos, reduzindo a democratização das decisões econômicas do Estado.

A resposta estatal à proteção do sistema financeiro é uma etapa da estruturação de um novo estado nacional. A promessa de que a desregulamentação da economia, a abertura de mercados e a redução do Estado traria benefício para todos entra em crise. Os Estados passam novamente a ser interventores da economia para salvar bancos.

Em que pese a importância inegável da atuação estatal para evitar grandes crises, a própria desregulação e desproteção aumentam a proporção dessas crises. Ao mesmo tempo em que, com a necessidade de manter o papel hegemônico do dólar – e os Estados Unidos como seu soberano emissor –, não foram feitas grandes reformas no sistema financeiro mundial.

Apesar de muitos países terem nacionalizado bancos e socorrido o sistema financeiro, não houve mudança na orientação da política econômica: diante do endividamento público, do desemprego e da miséria, foram adotadas novas reformas neoliberais, que tiraram direitos dos trabalhadores e direitos previdenciários.

Nesse contexto de flexibilização, somado à evolução tecnológica, aumentou-se a precarização do mercado de trabalho, apostando-se que contratos com menos direitos, que reduzissem custos,

induziriam o emprego. A liberalização financeira e trabalhista aumentou a concentração de renda e a instabilidade, em especial de economias periféricas. Do ponto de vista macroeconômico, pouco foi capaz de gerar crescimento através de um sistema de empobrecimento dos trabalhadores e enriquecimento de bilionários.

O Relatório Sobre Desigualdade Mundial, da ONU, aponta que os 10% mais ricos do planeta detêm três quartos da riqueza mundial. Mais da metade da população global têm apenas 2%.

O documento mostra ainda que, desde a década de 1990, a riqueza dos super-ricos cresce 8% ao ano, quase o dobro da metade mais pobre da população, ou seja, de cerca de 4 bilhões de pessoas.

Durante a pandemia da Covid-19, ficou evidente que o desmonte do Estado levou à desproteção social, e motivou governos, políticos e acadêmicos a voltarem a debater o papel do Estado na geração de empregos e proteção social. Em especial, as políticas públicas de saúde e assistência social.

A incapacidade do neoliberalismo de garantir um patamar mínimo de dignidade de vida para a maioria da população, o crescimento da pobreza e o acirramento da concentração da renda fizeram retornar um discurso xenofóbico. A busca por culpados pela deterioração da qualidade de vida fez emergir novamente uma concepção de Estado ultranacionalista.

Os imigrantes passam a ser o alvo principal das perseguições de líderes autoritários em ascensão. Até mesmo as instituições construídas para garantir a paz – com todas as suas contradições e reflexões de um sistema mundial de poder concentrado em poucos países – são corroídas. Os cinco países dentro do restrito e excludente Conselho de Segurança da ONU hoje estão envolvidos em

guerras.

Os fascistas do século XXI se aproveitam do mal-estar da população que, após 2008, tem dificuldade de manter o padrão de consumo, como a casa própria, e que viu o poder de compra diminuir, para acabar com a possibilidade do fim das barreiras migratórias e da integração dos povos, uma das promessas da globalização.

Apesar das constantes estatísticas que mostravam que imigrantes são mão de obra para diversos empregos que, por exemplo, europeus não queriam ocupar, os novos fascistas culpam os imigrantes pelo desemprego, pela falta de assistência social, pelo aumento dos preços e ainda pelo aumento da violência.

Os neofascistas apostam no nacionalismo econômico, com a proteção dos empregos para os nativos e o controle militarizado de fronteiras, e atacam as elites, como técnicos do poder e da política, se colocando como uma força antissistema.

A crise econômica agrava a crise de representação das forças tradicionais políticas. Por anos, a população vai às urnas para eleger representantes de diferentes correntes políticas e as promessas de uma melhora na qualidade de vida ficam estagnadas ou pioram. A sensação de melhora da vida é demasiadamente lenta frente aos grandes desafios impostos pela pobreza e, sobretudo, pela brutal desigualdade.

Como produto dessa crise, há uma sensação de que a democracia representativa não funciona. Assim, os eleitos trabalham para si e para uma elite e tomam as decisões para benefícios próprios e não servem ao povo nem resolvem os problemas da população, ao contrário, tentam oprimir.

O antissistema, nessa visão, atinge os mecanismos de controle multilaterais, considerados parte de uma elite global.

Os líderes autoritários se alimentam



## ■ LUTA ANTIFASCISTA

desse sentimento antissistema e usam autodeterminação e xenofobia como a resposta simples para os problemas estruturais da população. Sem atacar as verdadeiras razões da crise, criam inimigos internos.

A xenofobia leva ao radicalismo e ao aumento da insegurança. Como resposta, os governos de inspiração fascista criam exércitos de combate a esses “inimigos externos que já estão dentro do país”. Um exemplo claro é a política de terror e paramilitar implementada por Donald Trump com o ICE (sigla em inglês para Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos). A imposição da força pela força.

Para potencializar esse discurso, estão no caminho as *big techs*. Essas empresas surgiram no contexto da hiperconectividade e com a promessa de disseminação de conteúdo gratuito a partir do indivíduo como plataforma. As revoluções tecnológicas são partes fundamentais do desenvolvimento produtivo e social. Trazem novos serviços, facilitam a comunicação e o acesso à informação, e, se bem instrumentalizadas, podem ampliar oportunidades de empregos de melhor qualidade. Combinadas com sistemas de proteção social, podem até mesmo possibilitar a redução de jornadas de trabalho e melhor qualidade de vida.

Contudo, o ambiente econômico e institucional desregulado permitiu que essas empresas crescessem em um padrão de monopolização da informação e dos meios de comunicação. Através de benefícios governamentais, falta de regulamentação e transparência sobre os algoritmos, as redes sociais e, mais recentemente, a Inteligência Artificial, se tornaram as empresas mais ricas do mundo e detentoras de mecanismos de tecnologia capazes de transformar realidades, manipular e alterar significativamente o mundo do trabalho.

As plataformas digitais nas mãos de poucos empresários passaram a se aliar a governos fascistas, como o de Trump, nos Estados Unidos, e cresceram e expandiram os canais da extrema-direita no ambiente *on-line*, e, conseqüentemente, do fascismo.

Estamos vivenciando isso no Brasil. Donos de *big techs*, como Elon Musk, desafiaram a soberania brasileira buscando desrespeitar decisões judiciais. Empresas sequer queriam ter representações dentro do território nacional, onde pudessem ser intimadas, fiscalizadas ou questionadas.

Desde o início do governo Lula, a base governista tentou aprovar um projeto que traga responsabilização para as práticas criminosas. Conseguimos aprovar a regulamentação dessas empresas no caso de crimes contra crianças e adolescentes. E precisamos avançar mais na transparência e controle dos algoritmos e na disseminação de *fake news* e desinformação.

Se nos últimos quatro anos demos exemplos de combate à ascensão autoritária nos julgamentos dos atos antidemocráticos, na resiliência das nossas instituições diante da ameaça de *big techs* estrangeiras e na coragem do presidente Lula de defender o país e a independência e fortalecimento das instituições, 2026 é um ano em que o Brasil poderá servir de contrapeso ao mundo diante do avanço da extrema-direita de inspiração fascista. O PT defende que o combate ao fascismo começa pela defesa firme da democracia e das instituições, o que não nos impede de exigir reformas no atual modelo de Estado no país.

A história do PT está intimamente ligada à história da democracia no Brasil. Foi da luta pela democracia nos anos 1980 que surgiu o PT, e foi só através da retomada da democracia que foi possível que o Brasil elegeu pela primeira vez um operário presidente da Repú-

blica e uma mulher presa e torturada pela ditadura presidenta da República. Foi só porque o PT existia que os trabalhadores passaram a ter sua própria voz representada no Congresso Nacional. O PT mudou a cara da política brasileira.

Os governos petistas mudaram os agentes sociais do Brasil através da promoção da ampla cidadania, garantindo o direito à participação política direta, o direito à renda e ao trabalho, o direito à educação – das creches às universidades – para os filhos da classe trabalhadora. A educação, o trabalho, e o tempo são direitos fundamentais para a emancipação da classe trabalhadora. Por isso, a luta pelo fim da escala 6x1 é não só uma luta por direitos trabalhistas, por justiça social e pelo combate a privilégios. É também uma luta pela radicalização da democracia.

Para aprofundar a democracia no Brasil e barrar o avanço da extrema-direita, a reeleição do presidente Lula é fundamental. Para isso, precisamos cada vez mais da união das forças democráticas e progressistas.

Precisamos consolidar no campo democrático uma ampla aliança não só para disputar as eleições, mas também para construir um projeto de futuro para o Brasil. A unidade no campo democrático, diante do avanço da extrema-direita, é fundamental para defender a soberania nacional, a democracia, fortalecer as instituições e enfrentar as desigualdades históricas do Brasil.

E, sobretudo, o PT entende que o fascismo se derrota com política pública e com melhoria real na vida do povo. Quando há emprego, renda, comida no prato, direitos garantidos e esperança no futuro, o discurso do medo, da intolerância e do autoritarismo perde espaço na sociedade. É com justiça social e democracia que se constrói um país mais forte e mais justo.

■ DEMOCRACIA E SOBERANIA

# Democracia e a soberania no centro do debate político



## HUMBERTO COSTA

Senador (PT-PE) e 2º vice-presidente do Senado  
Vice-presidente do Parlamento  
do Mercosul (Parlasul)  
Secretário de Relações Internacionais do PT

O 8º Congresso do Partido dos Trabalhadores ocorre em um momento histórico particularmente desafiador. Em diversas regiões do mundo, observamos o avanço de forças autoritárias que ameaçam a soberania dos países e os rumos da democracia. Esse fenômeno não pode ser compreendido enquanto episódios isolados, mas como um processo mais profundo de radicalização política e de reorganização internacional da extrema-direita. Nesse cenário, a democracia e a soberania dos povos voltam ao centro do debate polí-

tico global.

Nas relações internacionais, essa conjuntura se expressa na crise do multilateralismo. Os consensos democráticos se enfraquecem, os mecanismos de cooperação são esvaziados e a resolução pacífica de conflitos perde espaço. Em seu lugar, ganham força a lógica da imposição e a ação unilateral dos Estados. Trata-se de uma polarização multinível: enquanto no plano nacional cresce a disseminação do discurso de ódio, no plano internacional há a ruptura de regras básicas de convivência pacífica. Episódios recentes envolvendo países como Venezuela e Cuba, submetidos a agressões e pressões externas dos Estados Unidos, bem como a escalada do conflito no Oriente Médio, evidenciam um contexto em que o direito interna-

cional não tem tido legitimidade para assegurar a paz e a soberania dos povos.

No século XXI, tem ficado evidente que soberania não se limita à capacidade formal de um Estado definir as suas instituições, mas envolve, sobretudo, a possibilidade concreta de promover um projeto de desenvolvimento autônomo. Nesse sentido, a disputa pela soberania está diretamente vinculada à luta por um sistema internacional mais equilibrado, no qual os países não estejam subordinados a interesses externos, sobretudo por meio de agressões e intervenções diretas.

Na América Latina, esse desafio assume contornos históricos. Ao longo do século XX, a região vivenciou ciclos de autoritarismo que comprometeram profundamente suas instituições e vio-



## ■ DEMOCRACIA E SOBERANIA



07.07.2025 - Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Sessão plenária “Meio Ambiente, COP30 e Saúde Global”, no Museu de Arte Moderna (MAM). Rio de Janeiro - RJ. Foto: Ricardo Stuckert / PR

laram direitos fundamentais. Foi um período marcado pela instauração de ditaduras militares em diversos países — como Brasil, Chile e Argentina —, caracterizadas pela repressão sistemática à oposição, censura, perseguições políticas, tortura e desaparecimentos. Esses regimes, consolidados sobretudo a partir da década de 1960, estiveram inseridos no contexto da Guerra Fria e foram, em muitos casos, apoiados direta ou indiretamente por potências estrangeiras, especialmente pelos Estados Unidos, como parte de uma estratégia de contenção de projetos políticos considerados contrários aos seus interesses. Esses processos estiveram, portanto, articulados a interesses geopolíticos mais amplos, evidenciando que a democracia na região sempre esteve vinculada também à questão da soberania.

A redemocratização latino-americana foi fruto da resistência de amplos setores sociais e políticos, que se reorganizaram diante da repressão e reconstruíram projetos democráticos baseados na justiça social e na participação popular. No Brasil, esse processo deu origem ao Partido dos Trabalhadores, que, desde sua fundação, se constituiu como

expressão das lutas por democracia, direitos e soberania. Desde sua origem, o PT compreende que a democracia não se limita ao plano interno. A política externa constitui dimensão essencial do projeto democrático, na medida em que envolve a defesa da soberania, a promoção da cooperação internacional e a construção de uma ordem global mais equilibrada. Os princípios consagrados no Artigo 4º da Constituição de 1988 — como a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a defesa da paz e a cooperação entre nações — expressam essa visão estratégica.

Já no século XXI, a América Latina segue sendo um dos principais territórios dessa disputa histórica entre forças fascistas e democráticas. A região vive ciclos de avanços e retrocessos políticos marcados pela tensão entre projetos de transformação social e ofensivas conservadoras. Golpes institucionais, processos de *lawfare*, campanhas de desestabilização política tornaram-se instrumentos recorrentes utilizados contra governos progressistas. Apesar dessas dificuldades, a região também demonstra uma extraordinária capacidade de resistência

democrática. Mobilizações populares, vitórias eleitorais progressistas e iniciativas de integração regional continuam reafirmando o compromisso das sociedades latino-americanas com a democracia e a justiça social.

Na conjuntura atual, essa perspectiva ganha ainda mais relevância. A política internacional passa por uma transição marcada pelo fortalecimento de dinâmicas multipolares e pelo maior protagonismo do Sul Global. No entanto, persistem assimetrias estruturais no sistema internacional, assim como práticas unilaterais que limitam a autonomia dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, a defesa da soberania assume múltiplas dimensões. Trata-se de soberania alimentar, ao enfrentar a fome e garantir o direito à alimentação; soberania climática, ao assegurar condições justas de financiamento e adaptação às mudanças climáticas; soberania financeira, ao ampliar a capacidade de financiamento ao desenvolvimento; e soberania tecnológica, diante dos desafios colocados pela revolução digital e pela inteligência artificial.

A experiência brasileira recente ilustra essas disputas. Após um período de retrocessos institucionais e de enfraquecimento da inserção internacional do país, o Brasil retomou um projeto de reconstrução democrática baseado na inclusão social e na afirmação da soberania nacional. A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, representou não apenas uma mudança de governo, mas a reorientação do país em direção a uma política externa ativa,

## ■ DEMOCRACIA E SOBERANIA

comprometida com o multilateralismo, a integração regional e a cooperação Sul-Sul.

Essa reorientação se expressa de forma concreta na atuação do Brasil em espaços centrais da governança global, como o G20, o BRICS e a COP. Nesses fóruns, o país tem buscado articular respostas estruturais para desafios globais, seja por meio da promoção de iniciativas voltadas ao combate à fome e à pobreza, seja pelo fortalecimento de mecanismos de financiamento ao desenvolvimento entre países do Sul Global, ou ainda pelo engajamento ativo no debate sobre financiamento climático. Essa é uma estratégia que reposiciona o Brasil como ator relevante na construção de soluções multilaterais, ancoradas na cooperação e na justiça social.

Ao mesmo tempo, a condução da política externa brasileira tem demonstrado que a defesa da soberania pode caminhar de forma articulada com a inserção internacional qualificada. A vitória do Brasil em disputas comerciais com os Estados Unidos, por exemplo, evidencia que negociações bem conduzidas permitem preservar interesses nacionais sem comprometer relações diplomáticas. De maneira complementar, o fortalecimento da integração regional, especialmente por meio do Mercosul, e o avanço de iniciativas inter-regionais, como o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, ampliam as capacidades do país ao estimular a modernização produtiva, a inovação e a geração de empregos.

Esse tipo de desdobramento, cuja negociação contou com protagonismo brasileiro, contribui para

diversificar parcerias econômicas e expandir o acesso a mercados regidos por regras mais previsíveis e estáveis. Em um contexto internacional marcado pela crescente adoção de medidas unilaterais e sanções, a construção de acordos estruturados fortalece a segurança econômica e a capacidade de planejamento de longo prazo, consolidando uma inserção internacional que combina abertura, autonomia e soberania.

Ao mesmo tempo, a transição para um mundo mais multipolar abre oportunidades, mas também exige ação política coordenada. A reforma da governança global e a construção de regras mais justas para o comércio, o financiamento e a tecnologia são agendas centrais para os países em desenvolvimento.

Diante desse cenário, reafirma-se a importância do internacionalismo como dimensão constitutiva do projeto político do Partido dos Trabalhadores. Em um mundo interdependente, a defesa da democracia e da soberania exige articulação entre governos, partidos, movimentos sociais e atores políticos

comprometidos com a justiça social e com a construção de uma ordem internacional mais equilibrada.

Os partidos políticos desempenham um papel central nesse processo. Como instituições responsáveis por apresentar e construir projetos nacionais, bem como por dialogar com as aspirações da população, os partidos constituem instrumentos legítimos para informar e mobilizar os cidadãos sobre o caráter estratégico da política internacional. Cabe a eles fortalecer a formação política, comunicar os impactos da política externa no cotidiano das pessoas e construir agendas nacionais e internacionais que reflitam os interesses populares nas plataformas de governança.

O 8º Congresso do PT se insere nesse contexto como um espaço estratégico de reflexão e construção partidária. Nele, devemos considerar que as relações internacionais importam — e impactam diretamente a vida do povo brasileiro, influenciando nossa democracia, nossa economia e nossa capacidade de promover um projeto de desenvolvimento so-

berano. Esse é um debate já presente na sociedade, que mobiliza as redes, ocupa as ruas e exige respostas claras das forças políticas. Nosso governo tem demonstrado, por meio de uma política externa ativa e soberana, que estamos à altura desse desafio. Cabe agora ao Partido dos Trabalhadores vocalizar com clareza e articular essa agenda. Reafirmar a democracia, hoje, significa também fortalecer a luta internacionalista e reconhecer, de forma explícita, que o futuro do Brasil se constrói também no plano das relações internacionais.



**■ LUTA ANTIFASCISTA**

# O enfrentamento ao neofascismo no Brasil

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil,



*Este texto foi concluído em 18 de março de 2026 e publicado originalmente no boletim Internacional nº 1, editado pela Fundação Perseu Abramo por ocasião da I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, realizada em Porto Alegre (RS) de 26 a 29 de março. Republicamos o artigo neste boletim tendo em vista a atualidade do tema.*

**MONICA VALENTE**

Diretora da Fundação Perseu Abramo do PT  
Secretária Executiva do Foro de São Paulo

O fenômeno do crescimento da extrema-direita se situa em um contexto histórico mais amplo. Essa ascensão não é um acaso, mas resultado direto de uma crise profunda e longa do capitalismo que se iniciou em 2008. A estagnação econômica e a falta de expectativas, frutos do modelo neoliberal, geraram um “sentimento antissistema” que tem sido capturado pela direita e pela ultradireita.

Essa análise ganha contornos ainda mais preocupantes se comparamos o momento atual com o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo não se assombra da forma como está assombrado com a ascensão do fascismo.

Hoje, a principal liderança fascista mundial é o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump: sua postura expansionista, utilização das armas militares e da guerra como instrumento, perseguição a imigrantes, não aceitação do diferente, deportações em massa,

transformação de outro país em uma espécie de campo de concentração, como El Salvador.

Aqui no Brasil, hoje, a expressão mais significativa do pensamento fascista é Jair Bolsonaro e sua família. Embora a condenação do ex-presidente pelo STF represente uma vitória do Estado democrático de direito, isso não significa que o fascismo tenha sido derrotado no Brasil.

A luta contra o neofascismo no Brasil tem se estruturado em múltiplos eixos que vão desde a resposta institucional e judicial até a mobilização popular

## ■ LUTA ANTIFASCISTA

nas ruas, passando pela disputa ideológica, pela implementação de políticas públicas que enfrentem as bases materiais que alimentam o discurso extremista e sem dúvida nenhuma terá na disputa eleitoral de 2026 um momento bastante importante.

A resposta institucional ao neofascismo através do sistema de Justiça e dos mecanismos legais de defesa da democracia constitui fato historicamente bastante relevante. A punição exemplar dos envolvidos em atos golpistas constitui um pilar fundamental dessa estratégia. A prisão de Jair Bolsonaro e de quatro generais por tentativa de golpe de Estado e planejamento de assassinato do presidente e vice-presidente representam um fato inédito na história do Brasil e uma importante vitória da democracia. O lema “SEM ANISTIA” tem sido vocalizado por movimentos sociais e populares, bem como por organizações políticas.

Porém, não é suficiente a luta institucional contra o neofascismo. A resistência nas ruas, nos espaços públicos, nos movimentos sociais deve constituir-se em um dos eixos mais tradicionais e vigorosos da luta antifascista. A batalha das ideias é o combustível necessário para a mobilização social contra o neofascismo: a luta contra o racismo, a misoginia, a intolerância, o machismo, o feminicídio, a exploração dos trabalhadores, a jornada 6 X1.

O Brasil como “trincheira mundial” contra o fascismo

Neste ano de 2026, em função das eleições brasileiras e do papel relevante que o Brasil sob Lula vem desempenhando no cenário mundial, o Brasil vem se tornando uma das maiores trincheiras mundiais de enfrentamento ao fascismo.

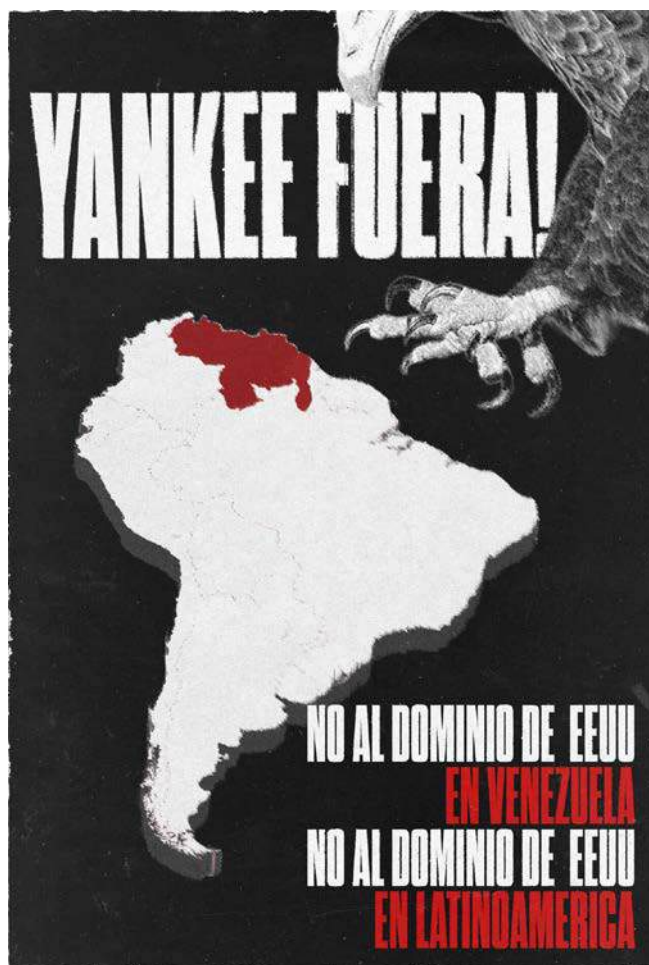
A vitória eleitoral do presidente Lula em 2022 representou uma exceção extraordinária, como qualifica o professor José Luís Fiori. Também ressaltamos a eleição de Gustavo Petro na Colômbia no mesmo ano de 2022, a postura combativa e corajosa da presidenta Claudia Sheinbaum no México, além da luta de resistência do governo venezuelano do presidente Maduro aos ataques estadunidenses até o sequestro do mesmo em 3 de janeiro de 2026, bem como a resistência do povo cubano e seu governo a mais de 60 anos de bloqueio econômico e cerco energético recente. No entanto, como dissemos acima, a ascensão de Trump ao governo estadunidense e suas políticas imperialistas colocam para o mundo e, em especial, à região latino-americana uma ameaça inusitada e extraordinária à soberania e à democracia

em toda a região.

O governo no presidente Lula, desde 2023, vem reconstruindo as políticas públicas e a capacidade do Estado de ser um agente de desenvolvimento, além de fazer o enfrentamento ao neoliberalismo com a taxa BBB e a isenção do IR até 5 mil reais, e, recentemente, abraçando o fim da escala 6X1 e a redução da jornada de trabalho. Mas devemos reconhecer as imensas dificuldades advindas da atual correlação de forças no Congresso Nacional, do sequestro do orçamento nacional por meio das emendas parlamentares, da disseminação das fake news por meio das redes de ódio e intolerância da extrema-direita no país.

Pela importância econômica, geográfica e social do Brasil, as eleições deste ano em nosso país deverão ser tratadas pela esquerda e pelos progressistas como uma batalha essencial contra o fascismo. Recuperar totalmente a soberania apresentando um projeto de nação inovador, trazendo o Estado de volta à capacidade de ser um agente de desenvolvimento e de justiça social, construindo uma verdadeira estratégia de guerra à desigualdade e ao desencanto com a política, pode reunir as diversas frentes de luta contra o fascismo no processo da disputa política de 2026, mas não somente neste ano.

Nossa tarefa é monumental: fazer a esperança ganhar as mentes e corações da maioria do povo brasileiro. Como diz o professor Fiori, “se a batalha é grande para recapacitar o Estado e reaproximá-lo dos cidadãos, em última instância, a batalha contra o fascismo é a luta para reconquistar o imaginário e a esperança das pessoas no futuro”.



Luci

**■ LUTA ANTIFASCISTA & SOCIALISMO**

# Antifascismo & socialismo

*Este texto foi concluído em 22 de março de 2026 e publicado originalmente no boletim Internacional nº 1, editado pela Fundação Perseu Abramo por ocasião da I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, realizada em Porto Alegre (RS) de 26 a 29 de março. Republicamos o artigo neste boletim tendo em vista a atualidade do tema.*

**VALTER POMAR**

Diretor de Cooperação Internacional  
da Fundação Perseu Abramo  
Professor da Universidade Federal do ABC

**E**m tempos de guerra e ascensão da extrema-direita, coexistem nas esquerdas várias atitudes. Uma delas é se limitar a contrapor fascismo versus democracia. Um dos problemas desta opção é que, ao aceitar preservar o capitalismo em geral e o neoliberalismo em particular, mantêm-se vivas as condições objetivas para a continuidade e/ou para o ressurgimento do fascismo. Esse é um dos motivos que devem nos levar a articular a luta pela democracia com a luta pelo socialismo: o antifascismo consequente não é apenas antineoliberal, é também anticapitalista. Mas nesse caso cabem várias perguntas, como por exemplo: por quais caminhos o socialismo poderá triunfar no conjunto do mundo? Que lugar ocupa, nesses caminhos, a derrota do capitalismo nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão? E que lugar ocupam, nesse “mapa do caminho”, a África, a América Latina e o Brasil?

Obviamente, as questões formuladas anteriormente só poderão ser respondidas com absoluta certeza pelas gerações futuras. Hoje, o que podemos apresentar é uma “hipótese de trabalho”, a saber: uma vez que as revoluções socialistas ocorridas até agora, na

periferia do capitalismo, não se demonstraram fatais para o capitalismo, decorre que a sobrevivência do capitalismo nos países centrais constitui uma variável fundamental da resiliência do sistema como um todo.

O capitalismo viveu uma imensa crise na primeira metade do século XX. O conflito intercapitalista existente de 1914 a 1945 criou um ambiente catastrófico, relacionado ao qual ocorreram as duas grandes revoluções socialistas vitoriosas, a formação de um “campo socialista”, a

descolonização, o desenvolvimentismo e o chamado “estado de bem-estar social”. Se estes processos resultantes da crise do capitalismo, por um lado, o ameaçaram e levaram à sua superação parcial em algumas regiões do planeta, por outro lado, o levaram a produzir respostas que, ao fim e ao cabo, prolongaram sua existência. No plano geopolítico, uma das respostas principais foi subordinar os conflitos intercapitalistas ao objetivo comum de derrotar seu inimigo principal: a URSS enquanto inimiga geopolítica e a classe trabalhadora de todos os países enquanto “inimiga interna”.

Esta política teve êxito, ao menos no fundamental, nas quatro décadas que separam a fundação da República Popular da China (1949) da dissolução da URSS (1991), o que predominou não foi a expansão do socialismo, mas a sua contenção. A última grande revolução do século XX, ocorrida em 1979 no Irã, não foi socialista. E, a partir de 1989, começou o desmanche do campo socialista liderado pela União Soviética, abrindo um imenso espaço para a expansão dos negócios capitalistas no Leste Europeu e, a partir de 1991, também no território da extinta União Soviética. No mesmo período, aconteceu a expansão dos negócios capitalistas no território regulado pelo socialismo chinês, assim como nos espaços abertos pela crise dos “projetos” desenvolvimentistas, anticoloniais e social-democratas. Como resultado



“Palestina nunca morrerá”. Cartaz de Josh Mayfield

## ■ LUTA ANTIFASCISTA & SOCIALISMO

disso – depois de um século e meio de intensa luta pelo socialismo – em 2001, o capitalismo se encontrava mais universalizado e mais poderoso do que era em 1848, quando foi lançado o Manifesto Comunista.

The game is over? Não, pelo contrário. Paradoxalmente, o fato de o mundo ser mais capitalista hoje do que era no passado contribuiu para ampliar imensamente as contradições do capitalismo. O fato de a classe trabalhadora e de o socialismo serem mais fracos que antes tem levado o capitalismo a desprezar todos os “protocolos de segurança”. Como resultado, os tempos que vivemos hoje recordam os que antecederam a época de crises e guerras intercapitalistas ocorridas de 1914 a 1945. Cabe perguntar: além de tempos de crise e de guerra, serão também tempos de revolução? Revoluções não apenas na periferia, mas também nos países capitalistas centrais? Não apenas revoluções derrotadas, mas também revoluções vitoriosas?

A primeira e a segunda questões dependem, em primeiro lugar, do próprio capitalismo e dos capitalistas. Isto porque é o agravamento das condições objetivas e o comportamento das classes dominantes que empurram as sociedades para o caminho da revolução. A esse respeito, o que podemos dizer é que vivemos um período de instabilidade e deterioração crescentes, decorrente da luta incessante pela elevação da taxa de lucro, dos conflitos intercapitalistas, do declínio da potência hegemônica, da ascensão de outra potência, da crescente multipolaridade, da polarização social, política e ideológica, tudo isto combinado à catástrofe climática e à “ameaça existencial” da robótica e da IA contra a classe trabalhadora. Um contexto, portanto, propício a que ocorram grandes conflitos, rupturas e inclusive revoluções.

Apontar esta tendência não garante que ela se materialize. Por exemplo: é

verdade que a crise é profunda nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, mas, ao final, pode seguir prevalecendo uma “saída pela direita”. Afinal, se nesse contexto a esquerda “erra na mão”, poderá seguir predominando, em amplos setores das classes trabalhadoras, uma adesão às posições de extrema-direita. Nesse caso, a crise sistêmica pode resultar não em reformas estruturais ou em um novo ciclo de revoluções socialistas vitoriosas; pode resultar, ao contrário, em guerras e contrarrevoluções preventivas que levem à continuidade do capitalismo; ou mesmo em um cenário apocalíptico do tipo “destruição das classes em luta”.

E o que temos visto, nas últimas décadas, é que parte importante da esquerda está com dificuldades imensas de atuar no presente tempo de crises & guerras. Como em outras vezes na história, as “condições objetivas” parecem melhores do que as “condições subjetivas”. Além disso, a tendência é que as revoluções sigam sendo mais prováveis na periferia do que no centro do capitalismo, não apenas porque os mecanismos de contenção à disposição das classes dominantes são menores na periferia do mundo; mas também porque as classes trabalhadoras e as esquerdas têm mais radicalidade. Mas, como demonstram os acontecimentos recentes na Palestina ou na América Latina e Caribe, mesmo na periferia, as dificuldades são imensas e, às vezes, parecem intransponíveis.

Portanto, a dialética entre fatores objetivos e subjetivos – ou seja, a política com p maiúsculo – pode levar a outros cenários, por exemplo:

A sobrevivência da humanidade tal como a conhecemos pode ser posta em questão, pela catástrofe climática, pela guerra ou por algum outro desfecho distópico;

O capitalismo pode achar maneiras de continuar sobrevivendo às suas crises e aos que lutam por sua superação;

O socialismo pode se estabelecer em alguns países e regiões do mundo, mas sem conseguir avançar além daí devido à existência de um capitalismo poderoso em outras regiões do mundo.

Isso tudo posto, o que deveria fazer a esquerda brasileira?

Até hoje, as tentativas feitas pela esquerda ou pelos somente progressistas no sentido de mudar a sociedade brasileira e o lugar do Brasil no mundo terminaram em derrotas relativas. Nossa independência política frente a Portugal não superou a dependência frente à Inglaterra e, depois, aos Estados Unidos. A escravidão foi “abolida”, mas as marcas da escravidão seguem entre nós. A República nasceu atravessada pelos militares e controlada pelo latifúndio. A industrialização não foi acompanhada de reforma agrária, nem tampouco de um “estado de bem-estar social”. A redemocratização foi contemporânea do neoliberalismo. E os governos de esquerda não implementaram, até agora, reformas estruturais.

Até mesmo a industrialização capitalista do Brasil, no passado, foi feita geralmente apesar de e muitas vezes contra setores expressivos da classe dominante. Hoje, quando precisamos de uma industrialização de novo tipo, não se pode nem se deve esperar nada dos capitalistas: ou o Estado assume o protagonismo, ou seguiremos sendo uma subpotência primário-exportadora, marcada pelo rentismo e pela dependência.

Se depender da classe dominante, especialmente de suas frações financeira, do agronegócio, da mineração e das transnacionais, nosso país continuará como sempre foi: dependência profunda, desigualdade abissal, democracia limitada, desenvolvimento parcial. A classe dominante não apenas lucra com o status quo, como sabe que perderia muito caso nosso país superasse a dependência e a desigualdade, caso se tornasse realmente democrático e desenvolvido. Façamos as contas:



## ■ LUTA ANTIFASCISTA & SOCIALISMO

para mudar o lugar do Brasil no mundo, é preciso enfrentar o imperialismo; para enfrentar o imperialismo, é preciso contar com o apoio das classes trabalhadoras; para contar com as classes trabalhadoras, é preciso distribuir em alguma medida a propriedade, a riqueza e o poder; ao fazer isso, a classe dominante perderia mais do que aceitando a posição subalterna que hoje ocupa no mundo.

Por tudo isso, uma transformação estrutural do Brasil depende essencialmente da classe trabalhadora se tornar classe dirigente e dominante. Ou seja, se tivermos poder suficiente para mudar as estruturas da sociedade brasileira. Acontece que uma sociedade onde a classe trabalhadora detenha tal quantidade de poder terá se transformado em uma sociedade socialista. Pois a essência do socialismo é o controle do poder pelos que vivem do seu próprio trabalho. Noutras palavras: um Brasil soberano, democrático, com altos níveis de bem-estar e desenvolvimento será também um país socialista.

Como aconteceu no passado (em 1822 e nos anos 1930, por exemplo), é nos momentos de crise mundial que aumenta a possibilidade de o Brasil fazer transformações internas e mudar o seu lugar no mundo. A atual crise sistêmica, em particular a disputa entre EUA e China, abre uma “janela” que o Brasil pode e deve aproveitar para mudar sua sociedade e seu lugar no mundo. Essa “janela” não ficará aberta para sempre. Se não aproveitarmos a oportunidade, não importa quem venha no futuro a hegemonizar o mundo, seguiremos dependentes. E nossa dependência seguirá produzindo desigualdade, a desigualdade seguirá restringendo as liberdades democráticas, o conjunto da obra seguirá limitando nosso desenvolvimento. Por outro lado, caso tenhamos êxito na luta em favor dos objetivos históricos das classes trabalhadoras, isto alterará significativamente a correlação de forças mundial entre socia-

lismo e capitalismo.

Alguns setores da esquerda brasileira parecem acreditar que “poder” é igual a “governo”. Mas a experiência que tivemos desde 1980, especialmente a partir de 2003, particularmente em 2016, mas também analisando nossa situação a partir de 2023, demonstra sem margem à dúvida que governos têm poder, mas não concentram todo o poder.

O poder segue nas mãos da classe capitalista, advindo do controle dos meios de produção, do controle da maior parte das instituições de Estado (inclusive onde o governo está nas mãos da esquerda), do controle de uma rede de instituições privadas, do apoio internacional e, também, da força da inércia, do “sempre foi assim e sempre será”.

Para que as classes trabalhadoras venham algum dia a deter o poder, é preciso, em primeiro lugar, ampliar a propriedade coletiva, estatal, pública dos meios de produção. Fazer a reforma agrária e urbana. Impor limites ao poder dos capitalistas sobre suas empresas e, também, sobre seus recursos financeiros. O sistema financeiro, em particular, precisa estar sob controle do Estado, não de um oligopólio privado. Só desta forma poderemos industrializar o país, uma industrialização de novo tipo, que nos converta em uma das grandes “oficinas e laboratórios” do mundo.

É preciso, em segundo lugar, ampliar a presença da classe trabalhadora nas instituições de Estado. Mas, com base nas regras atuais, não há como ampliar suficientemente nossa presença na chamada institucionalidade; para isso, é preciso construir uma nova institucionalidade, um Estado de novo tipo. Não apenas uma reforma eleitoral ou política, mas uma profunda “reforma revolucionária” do Estado. Sem isso, as classes trabalhadoras nunca terão o controle dos Parla-mentos, dos Executivos, do Judiciário, das Forças Armadas e das Polícias, muito

menos de “agências” como o Banco Central.

É preciso, ainda, construir uma rede de instituições privadas comprometidas com o trabalho na sua luta contra o capital: meios de comunicação, cultura, esportes e educação a serviço da humanidade, não a serviço dos capitalistas. Acima de tudo, é preciso fortalecer as organizações típicas das próprias classes trabalhadoras: os sindicatos, os movimentos, os partidos de esquerda. Sem auto-organização das classes trabalhadoras, não se conquistará o espaço possível de conquistar na atual institucionalidade, nem se criará uma nova institucionalidade, nem se manterá sob controle a nova institucionalidade que vier a ser criada.

É preciso, também, construir uma rede de apoio internacional, particularmente na América Latina e Caribe. Quanto mais ocupado estiver o imperialismo, mais difícil será para ele concentrar toda a sua energia contra uma determinada sociedade. A derrota imposta à Venezuela e o cerco contra Cuba estão relacionadas ao enfraquecimento da integração regional.

Finalmente, é preciso contrapor à inércia do “sempre foi assim e sempre será” uma cultura de massas estruturada em torno da ideia de que outro mundo é possível, urgente e necessário. Não haverá socialismo, nem transformação estrutural, sem que haja um elan revolucionário em uma parte importante da classe trabalhadora. Isso implica em difundir valores democráticos, populares, ambientais, nacionais, integracionistas, internacionalistas, feministas, laicos, contrários a todo tipo de racismo, intolerância e preconceito. Criar uma cultura cívica socialista de massas é condição necessária para combater a ideologia fascista e as teologias neoliberais.

Embora muitas vezes não pareça ser assim, uma das principais características do ser humano é pensar antes de agir, ou

## ■ LUTA ANTIFASCISTA & SOCIALISMO

seja, prefigurar na sua mente os atos que vai realizar. Isso que vale para um ser humano individual também vale para as organizações e para as grandes massas, ainda que nestes casos o processo seja mais complexo e envolva outras variáveis. Para que se construa na prática uma nova sociedade, é preciso que dezenas de milhões de pessoas pensem e sonhem a respeito disso.

Não é por coincidência que a extrema-direita emerge com força nos momentos de profunda crise do capitalismo quando parte das classes trabalhadoras estão despertando para a necessidade de “virar o mundo de ponta-cabeça”. Nesse ambiente, a extrema-direita busca se apropriar da insatisfação que os trabalhadores têm contra o “sistema” e tenta converter esta insatisfação em raiva contra outros trabalhadores (as vítimas geralmente são os migrantes, os negros e negras, as mulheres, os lgbt’s, os trabalhadores de esquerda).

Se a esquerda não disputar a insatisfação e a raiva que nossas classes trabalhadoras têm do “sistema”, se a esquerda não for a campeã da luta contra o status quo, se a esquerda abrir mão de defender a revolução, a ruptura, as reformas estruturais, abriremos caminho para o crescimento da extrema-direita. E não se trata, apenas, de uma questão circunscrita à batalha cultural, ideológica, de visões de mundo. Trata-se de algo com efeitos políticos imediatos. Afinal, os objetivos estratégicos da extrema-direita e de boa parte da direita tradicional brasileiras são funcionais ao imperialismo estadunidense, europeu e japonês, à medida que perpetuam nossa condição primário-exportadora e submetida ao capital financeiro.

Por tudo que foi dito anteriormente, vivemos no momento mais propício para fazer mudanças estru-

turais no Brasil e para mudar o lugar do Brasil. Quando o capitalismo funciona bem, a chance de mudanças radicais é muito menor. Se e quando esta “janela de oportunidade” fechar, as chances de uma mudança estrutural no Brasil se reduzirão brutalmente por um tempo mais ou menos longo. Aliás, a depender das condições em que a “janela” se feche, nossas condições podem se tornar relativamente piores do que as atuais; por exemplo, se uma derrota mundo afora obrigar os Estados Unidos a concentrar sobre Nuestra América toda a força hoje espalhada pelos quatro cantos do planeta.

Portanto, um dos grandes desafios da classe trabalhadora brasileira é aproveitar a atual “janela” histórica, reunindo a vontade e as forças necessárias para começar a solucionar nossas contradições estruturais através de medidas como a adoção de uma política de desenvolvimento acelerado, com industrialização e alta tecnologia; a proteção efetiva da nossa soberania

política e material; a democratização profunda do conjunto dos ambientes e instituições políticas; e a ampliação em escala geométrica do bem estar da maioria da população. De conjunto, estas medidas podem fazer o Brasil se tornar um dos polos do mundo, dando uma enorme contribuição não apenas para a maioria das gerações presentes e futuras do povo brasileiro, mas também para a luta pelo socialismo em escala mundial.

O companheiro David Capistrano Filho, no seu último discurso público, feito em 2000, disse que não cabe pensar em “longo prazo” nas questões de saúde, é preciso ter pressa, pois, do contrário, as pessoas morrem. Pois bem: podemos dizer que a saúde do mundo e da humanidade também exige pressa. O capitalismo não é eterno. Mas se a humanidade não acabar com o capitalismo, o capitalismo seguirá acabando com a humanidade; vide a catástrofe climática, a fome, as guerras, a pandemia de sofrimento mental, assim como o uso capitalista da robótica e da chamada Inteligência Artificial, sem falar no fascismo.

Acontece que grande parte da esquerda está tomada pelo pessimismo da vontade, em parte, por descrença em nossas possibilidades coletivas. Para mudar essa atitude, devemos mais uma vez mobilizar a nosso favor o otimismo da razão, num certo sentido invertendo o famoso raciocínio do grande comunista Antonio Gramsci acerca do “otimismo da vontade” e do “pessimismo da razão”. Ou, numa versão livre da famosa música Primavera nos Dentes, “quem tem consciência para ter coragem, quem tem a força de saber que existe, no centro da própria engrenagem inventa a contramola que resiste”.



Ivan Lira

■ **MUNDO & DEMOCRACIA**

# O PT, a defesa da democracia e de uma outra ordem mundial

**MISIARA OLIVEIRA**Secretária-adjunta de Relações  
Internacionais do PT

O cenário mundial passa por profundas transformações devido à crise estendida do capitalismo mundial, que teve início em 2008 e que se aprofundou a partir da pandemia de Covid-19, ampliando a concentração de renda e as desigualdades em todo o planeta e reduzindo cada vez mais a economia produtiva.

Essa fragilização dos Estados e governos em dar respostas efetivas às populações, frente às crises vivenciadas no último período, tem contribuído para a disseminação de um sentimento anti-

sistema e antipolítica, que tem servido para justificar movimentos de ataque às democracias.

A crise das democracias, portanto, está associada diretamente à crise recente do capitalismo, que, ao afetar as condições de vida e a dignidade das populações, e ao não conseguir apresentar alternativas mais efetivas frente a uma maior recessão econômica, ao desemprego ou à precarização do trabalho, à redução dos Estados de bem-estar social e das políticas públicas, tem gerado profundas frustrações e revolta nos setores populares e médios dos diferentes países.

## ■ MUNDO & DEMOCRACIA

O capital internacional, seus governos e Estados aliados têm apostado em uma nova configuração que alia avanços tecnológicos, rentismo, financeirização da economia, aprofundamento da concentração de renda, da riqueza e das desigualdades, além da exploração extrema dos últimos recursos naturais para alimentar a corrida tecnológica, associados a uma guerra cultural voltada a tornar hegemônicos o conservadorismo, a intolerância e a lei do mais forte, e a derrotar os valores humanistas, de justiça, igualdade e solidariedade.

Nesse cenário, os ataques contra a democracia se caracterizam como um método de disputa política de parte de setores provenientes de diversos grupos de extrema-direita que, ao longo da última década, passaram a constituir uma rede internacional fundada em valores conservadores e no extremismo, contando com apoio popular e com lideranças que mesclam perfis autoritários e populistas.

Esses grupos retroalimentam sentimentos de ressentimento a partir de um conjunto de exclusões produzidas pelas crises econômicas, mas também por sentimentos gerados por narrativas que visam responsabilizar parte da crise pelos avanços democráticos e no campo dos direitos, especialmente em relação às mulheres, às populações negras, étnicas e migrantes e às populações LGBTQIA+.

Esse movimento conservador e reacionário, que alimenta a guerra cultural especialmente por meio de manifestações antigênero, antiwoke e antimigração, passa a ser o amálgama que unifica perfis, setores e interesses diversos, e muitas vezes contraditórios, em ações que têm a democracia como seu principal alvo.

Nesse cenário, as tecnologias de comunicação e as plataformas das *big techs* têm cumprido um papel estratégico ao operar a disseminação dessas narrativas e desses valores, além de permitirem a propagação de desinformação e

de manipulação de fatos por meio das mídias e redes sociais em todo o mundo, constituindo-se em um dos pilares estruturantes do que podemos caracterizar como corrosão democrática.

O que temos assistido em todo o mundo é a construção de novas gerações moldadas pelos algoritmos, impactando as relações e a organização social, desde o indivíduo, passando pelas famílias, até a esfera pública em sua dimensão contemporânea, impulsionadas por interesses econômicos que se alimentam cada vez mais do preconceito, da intolerância, da violência e da desinformação, ou *fake news*, para sustentar suas indústrias de *likes*, além de interesses geopolíticos.

Pesquisas demonstram que as novas gerações são as mais suscetíveis aos discursos da extrema-direita, em especial os meninos e homens jovens.

Todos esses elementos ajudam a compor um cenário de mudanças importantes no tecido social no último período, que impactam diretamente a cultura e o modo de vida das populações mundiais, com o enfraquecimento de valores humanistas, do senso de coletividade e comunidade e com o fortalecimento do individualismo.

Os avanços de grupos, movimentos ou partidos antidemocráticos e de extrema-direita no mundo, com características fascistas, vêm sendo acompanhados do uso dos recursos tecnológicos e das ferramentas das plataformas e redes sociais. Mas é na posse de Donald Trump, no início de seu segundo governo, que essa aliança entre os setores econômicos representados pelas *big techs* e plataformas, esse movimento conservador extremista e interesses geopolíticos ficou expressa.

O segundo governo de Trump representa a retomada de um imperialismo agressivo, expresso pela política de sanções e taxas aos países que não se alinham aos seus objetivos, pela nova política ex-

terna, em especial em relação à América Latina, representada pelas intervenções militares, como tivemos na Venezuela com o sequestro do presidente Maduro e da primeira-dama Cília Flores; pelas investidas contra as soberanias dos países; pelas ameaças à Colômbia e a Cuba; e por uma postura extremamente belicista com a guerra contra o Irã, que se expande para o Oriente Médio, no Líbano, e se aprofunda com a destruição e o genocídio na Palestina.

Trump representa a afronta ao direito internacional, a desconstituição da governança global, o rompimento com o multilateralismo e a ameaça real de uma guerra nuclear, de forma nunca concebida, nem nos tempos da Guerra Fria.

Trata-se de um movimento para manter os Estados Unidos como principal potência mundial por meio da força, da guerra e da subordinação de povos e nações.

Esse cenário nos exige posicionamentos firmes e nítidos, como os que têm sido protagonizados pelo presidente Lula frente ao genocídio em Gaza, aos ataques à soberania do Brasil, às taxas e sanções, e à situação da Venezuela, de Cuba e do Irã.

Faz-se urgente a defesa de um mundo multipolar e de uma governança global comprometida com a dignidade dos povos do mundo, com distribuição de renda, com justiça social, com a defesa do planeta e de seus recursos estratégicos para o futuro da humanidade, com um desenvolvimento sustentável, com uma economia justa e, fundamentalmente, com a defesa da paz.

Para isso, a democracia é estratégica. Mas, mais do que defendê-la, devemos repensá-la, refletindo sobre sua qualidade e substância, para que se constitua, além de um sistema de governo, em uma forma de convivência coletiva, baseada em valores de justiça, inclusão e solidariedade, produzindo respostas mais efeti-



## ■ MUNDO & DEMOCRACIA

vas às necessidades mais urgentes dos povos.

Ela deve se sustentar em valores fundantes dos direitos humanos em sua concepção mais contemporânea, compreendendo a diversidade e as diferenças, garantindo pluralidade e exercendo regras justas e equânimes que possibilitem protagonismo a uma diversidade de atores e para que aqueles historicamente excluídos dos espaços de poder possam acessá-los.

A democracia é o único meio possível para a produção de diálogos e consensos progressivos capazes de produzir posicionamentos voltados à pacificação de diferentes conflitos.

Mas cabe refletir sobre dois temas: em primeiro lugar, a necessidade de blindagem das instituições democráticas contra o extremismo; em segundo, a necessidade de a democracia contribuir de maneira mais efetiva para a superação das desigualdades sociais diante do avanço do neoliberalismo.

Na última década, o Brasil viveu diversas experiências que puseram seu sistema democrático em xeque. Houve uma tentativa de corrosão da democracia por meio de suas próprias instituições, como o Parlamento e o Judiciário.

Começando com o golpe contra a presidenta Dilma, em 2016, seguindo com o governo de Michel Temer e seus ataques às leis trabalhistas, a prisão ilegal de Lula, que garantiu a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, deixou o país nas mãos de um governo cuja única promessa cumprida foi destruir o que existia, além da construção permanente de uma narrativa antidemocrática e de afronta às instituições da República durante seus



quatro anos de governo, para, finalmente, utilizar-se das redes sociais e de *fake news* para atacar a credibilidade do sistema eleitoral e culminar na tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023.

Nos momentos mais duros da história, o PT sempre apostou na via democrática.

Mas nem as urnas nem o enfrentamento nas ruas significaram o fim do extremismo e do avanço dos discursos de ódio, intolerância e autoritarismo. Muito pelo contrário. Utilizando-se das redes sociais, políticos de extrema-direita, abertamente extremistas, fizeram seu discurso chegar às grandes massas, consolidando uma parcela importante da opinião pública.

É o mesmo discurso de ódio, intolerância e autoritarismo que vimos crescer em muitos países da Europa, como Itália, Espanha e Alemanha, nos

últimos anos, representado pela AfD, na Alemanha; pelo Vox, na Espanha; e pelo Irmãos da Itália, na Itália, pois a extrema-direita atua a partir de uma organização transnacional, utilizando elementos comuns em seu arco narrativo, com financiamento, articulação política e iniciativas comuns no âmbito internacional.

O Brasil deu uma importante contribuição para a defesa da democracia quando o presidente Lula, recém-empossado, ao lado dos chefes dos três Poderes da República e de outros atores importantes, foi firme na defesa da institucionalidade democrática brasileira, enfrentando os ataques ao Estado Democrático de Direito.

Outra importante contribuição do Brasil à democracia foi julgar, condenar e levar à prisão o ex-presidente Jair Bolsonaro, generais, militares e policiais mandantes ou participantes do plano de tentativa de golpe de Estado do dia 8 de janeiro, demonstrando o compromisso democrático e a legitimidade das instituições da República no país, em especial o Supremo Tribunal Federal.

Dentre os desafios colocados para a democracia estão a regulamentação das redes sociais, o uso da inteligência artificial e a soberania de dados. Nesse sentido, o Brasil iniciou o processo de regulamentação das redes sociais no Brasil por meio da aprovação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025), que entrou em vigor no dia 17 de março deste ano e estabelece regras mínimas de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

O crescimento do extremismo também trouxe consigo o crescimento da misoginia e da violência de gênero em

## ■ MUNDO & DEMOCRACIA

todas as suas dimensões, e, no Brasil, esse processo tem culminado no crescimento avassalador dos feminicídios.

Dentre as iniciativas de enfrentamento a esse cenário está o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, proposto pelo presidente Lula, e a recente aprovação pelo Senado, em março de 2026, do Projeto de Lei (PL 896/2023), que equipara a misoginia ao crime de racismo, tornando o ódio ou a aversão às mulheres um crime grave.

Devemos reconhecer que a igualdade de gênero não é uma concessão, mas um direito e uma condição para sociedades mais equilibradas e prósperas, uma condição fundamental para o fortalecimento democrático.

O Partido dos Trabalhadores tem sido um dos pilares da democracia brasileira e tem atuado para contribuir com a

defesa das democracias no mundo.

Contribuímos decisivamente para a reabertura democrática, para a defesa da nossa soberania, para a expansão dos direitos sociais e das políticas públicas no país, e para a consolidação da nossa democracia por meio da atuação na sociedade, junto aos movimentos sociais e populares, nos parlamentos e em governos locais, estaduais e nos governos de Lula e Dilma.

No cenário internacional, o presidente Lula representa uma voz potente e agregadora de contraponto a esses movimentos extremistas e de defesa de um outro pacto mundial de relação entre as nações e de defesa dos povos do mundo.

O Partido dos Trabalhadores tem consciência do papel que deve cumprir no cenário internacional neste momento histórico e do papel que o Brasil, sob a

liderança do presidente Lula, deve permanecer cumprindo.

O PT tem se colocado no sentido de somar esforços junto ao campo democrático, progressista e de esquerda no mundo para frear o avanço da extrema-direita, contribuindo para a construção de um mundo multipolar, com justiça social, distribuição de riqueza, desenvolvimento sustentável e valores de solidariedade, na defesa das democracias, do socialismo e da paz.

Nesse sentido, as eleições presidenciais de 2026 no Brasil são estratégicas e definidoras do futuro que queremos construir para o Brasil, para o povo brasileiro, para nossa soberania, nossa democracia, para a democracia mundial e para a construção de uma ordem mundial mais justa e solidária.



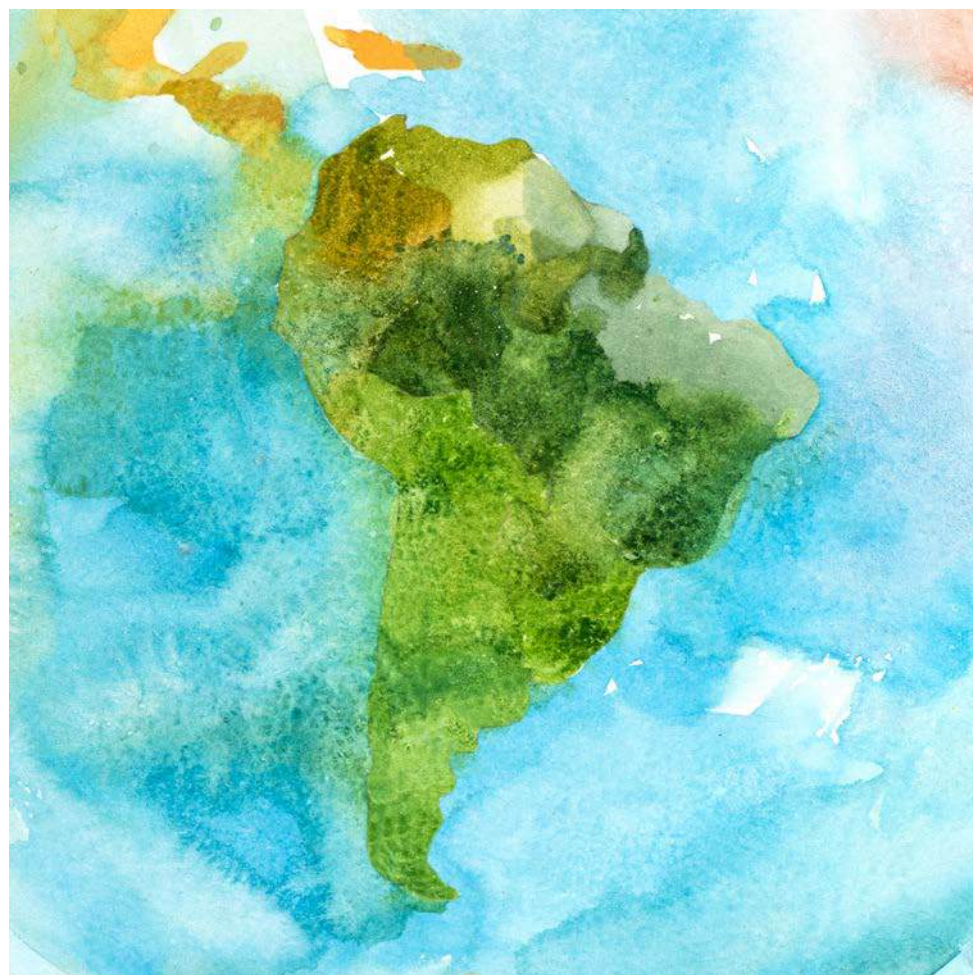
**MUNDO****Nota editorial**

Nesta e nas próximas páginas, o/a leitor/a deste boletim tomará contato com opiniões e informações relativas a diferentes regiões do mundo. O primeiro desses textos, dedicado à América Latina e Caribe, foi escrito por Fábio Al Khouri como contribuição à reunião que o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo realizará às vésperas do 8º Congresso do Partido dos Trabalhadores. Os demais textos, sobre Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Estados Unidos, são produto da elaboração coletiva realizada por grupos de conjuntura que a Fundação Perseu Abramo constituiu como parte da cooperação que a FPA mantém através de seu Núcleo de Cooperação Internacional com a Secretaria de Relações Internacionais do PT. Cada um desses grupos reúne-se mensalmente para debater a conjuntura de sua respectiva região e para propor iniciativas práticas à direção do Partido na área internacional. Os GTs são compostos por militantes do PT com experiência na área.

Integrantes dos Grupos de Conjuntura Internacional da Fundação Perseu Abramo distribuídos entre os Grupos África, América Latina e Caribe, Ásia, BRICS e outras instituições, Estados Unidos, Europa e Oriente Médio: Acácio Almeida; Ana Tereza Marra; Ananda Méndez Inácio; Beluce Bellucci; Breno Altman; Demétrio Toledo; Douglas Ferreira; Emilio Font; Fábio El-Khoury; Fernando Lopes; Flavio Aguiar; Giancarlo Summa; Giorgio Romano Schutle; Jana Silverman; Leandro Correa; Matilde Ribeiro; Mila Frati; Misiara de Oliveira; Mojana Vargas; Monica Bruckmann; Monica Valente; Paulo Visentini; Pedro Luís Martins Prola; Pedro Silva Barros; Romenio Pereira; Sebastião; Velasco; Silvia Portela de Castro; Ualid Rabah; Valter Pomar.

Interessados/as em tomar contato com o trabalho dos grupos podem procurar a sua composição e o seu funcionamento no site da FPA.

# América Latina e Caribe

**FÁBIO EL-KHOURI**Assessor internacional na  
Fundação Perseu Abramo

Vivemos atualmente um momento de múltiplas tensões, com novos conflitos bélicos somando-se aos que já ocorriam antes.

Na América Latina e Caribe, convivemos com uma constante ingerência dos Estados Unidos da América (EUA), sob o discurso de retomar o controle da região e em meio ao aumento de sua presença militar na região.

O retorno de Donald Trump à Presidência significou um duro retrocesso

para o multilateralismo e o respeito às normas internacionais, diretamente atacados pelas políticas adotadas por seu governo, enquanto serve de farol para o fortalecimento da extrema-direita mundial.

Trump iniciou uma guerra comercial para recuperar o poder econômico e produtivo estadunidense, ameaçado ante o avanço de outros atores sobre o cenário mundial, especialmente a China, e contra o fortalecimento de outros organismos internacionais fora da esfera

## MUNDO

de influência dos EUA, como o BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento.

Na América Latina e Caribe, a política externa de Trump ataca ferozmente os governos populares de esquerda e progressistas, enquanto trata como animais de estimação os governantes de seu espectro político, esperando total obediência e submissão.

Pete Hegseth, secretário de Defesa dos EUA, chegou a afirmar em abril de 2025 que o governo Trump ia recuperar seu “quintal”. Os povos da América Latina e Caribe não se submeterão às pretensões do imperialismo e seguirão lutando por sua soberania e autodeterminação.

O uso do território de Porto Rico para assegurar a presença militar estadunidense no Caribe e servir como plataforma de agressão a países latino-americanos e caribenhos vai contra a luta histórica do povo porto-riquenho por sua autodeterminação e independência, e ataca diretamente os esforços de paz no nosso continente.

As ações no Mar do Sul do Caribe e no Pacífico, junto às fronteiras marítimas da Colômbia e da Venezuela, demonstram as claras tentativas dos EUA para controlar o petróleo da região e a exploração de materiais essenciais para retomar seu poder econômico e desenvolvimento tecnológico.

A presença de forças militares estadunidenses, incluindo um submarino nuclear, ignoram as normas internacionais e o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe, conhecido como Tratado de Tlatelolco, que estabelece a desnuclearização da região entre os países signatários.

A Assembleia dos Povos do Caribe na Defesa da Paz e da So-

berania ratificou o Caribe como uma zona de paz, rechaçando a ingerência, as medidas coercitivas e as ameaças à autodeterminação, especialmente a presença de tropas estrangeiras.

O ataque contra a República Bolivariana da Venezuela em 3 de janeiro último e o sequestro do presidente legitimamente eleito Nicolás Maduro e da companheira deputada Cilia Flores caracterizam uma afronta direta à soberania de nossos países, em um episódio que somente vimos nos piores momentos de ingerência durante a Guerra Fria.

Os ataques das forças estadunidenses à Venezuela foi uma afronta às leis internacionais. Devemos lutar pela liberdade para Nicolás Maduro e Cilia Flores e dar nosso absoluto respaldo e apoio ao povo da Venezuela e a todas as forças que, em conjunto, lutam para defender sua soberania nacional e dão sua contribuição permanente em defesa da América Latina e Caribe.



Cefiro Conway

O bloqueio contra Cuba chega a seus limites mais profundos e ataca não somente o povo cubano, mas comete um crime contra toda a ordem internacional. Ao tentar submeter o povo cubano, a política estadunidense consegue fortalecer as lutas desse povo por sua soberania e autodeterminação, e engrandecer seu exemplo diante de todos os povos do mundo que lutam por sua liberdade.

Na Argentina, o governo de Javier Milei avança com as políticas de motosserra, os ataques às políticas sociais e a destruição do país. A condenação, totalmente ilegal e manipulada, de Cristina Fernández de Kirchner teve como objetivo silenciar a ex-presidenta e apagá-la da vida pública, tendo em vista sua força política.

O povo argentino demonstra seu rechaço em grandes manifestações em defesa de sua dignidade e bem-estar, e contra as reformas do governo Milei que ameaçam destruir os direitos sociais da população.

Na Bolívia, a vitória de Rodrigo Paz Pereiro permitiu a volta da direita e o predomínio neoliberal, oligárquico e pró-imperialista no governo, com a adoção de políticas de desmonte do Estado Plurinacional, anulando as conquistas das e dos trabalhadores e povos originários durante os anos dos governos do Movimento ao Socialismo.

A vitória de José Antonio Kast, de extrema-direita, nas eleições presidenciais do Chile no último dia 16 de novembro representa um sinal para repensar nosso rol como esquerda para responder às ambições e necessidades da população.

No Equador, a reeleição de Daniel Noboa, conquistada através da manipulação do processo eleitoral, permitiu o fortaleci-

**MUNDO**

mento de políticas contra os direitos humanos e sociais, assim como a submissão aos ditames imperialistas dos EUA, apesar das derrotas nas consultas populares.

O povo equatoriano deve ser respeitado em seu direito à soberania militar e no desejo de não ter de volta as bases militares estadunidenses em seu território, que também poderiam facilitar a ingerência sobre outros países da região a partir do Equador.

Os avanços históricos da Constituição de Montecristi de 2008 constitui um acumulado histórico de lutas sociais abandeiradas pela esquerda equatoriana e que tem uma composição antioligárquica e antineoliberal.

As forças populares equatorianas lutam contra o autoritarismo do governo Noboa, que gerou repressão desmedida contra as organizações sociais e revolucionárias, assim como sua criminalização e perseguição.

Devemos ainda prestar atenção na situação de Jorge Glas e as ações ilegais contra ele. Glas encontra-se preso sob

condições desumanas, sem acesso a visitas, a uma alimentação adequada e seus medicamentos.

Em El Salvador, o presidente Nayib Bukele aprofunda a perseguição política contra seus opositores, os ataques contra a democracia e o desmonte do Estado de Direito. Devemos nos solidarizar com os companheiros e companheiras da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, que vivem sob uma constante perseguição e repressão política, e apoiar as lutas do povo salvadorenho pelo retorno da normalidade democrática.

A isso se soma o acordo com os EUA para deter ilegalmente pessoas deportadas pelo governo Trump, que tenta utilizar nossos países como prisões privadas para pessoas inocentes.

Na Guatemala, o governo de Bernardo Arévalo se converteu em um governo aberto às políticas agressivas e intervencionistas do imperialismo estadunidense.

Em Honduras, apesar do exitoso governo da presidenta Xiomara Castro, que proporcionou avanços sociais, uma

melhor condição de vida para a população e a diminuição dos índices de criminalidade, a candidata do Partido Livre, Rixi Moncada, não teve êxito nas eleições de 30 de novembro, marcadas pela ingerência do imperialismo.

No Peru, 35 candidatos/as concorreram nas eleições presidenciais realizadas em 12 de abril. Estas eleições podem representar o retorno do fujimorismo ao governo do Peru, mas durante a produção deste artigo ainda não é possível uma visão mais definida. O segundo turno está marcado para o dia 7 de junho de 2026.

Por outro lado, se aprofunda a luta pelos direitos de nossos povos e contra o avanço da extrema-direita na região, com exemplos de resistência por mais democracia e contra a ameaça que representa o neofascismo e o imperialismo.

No Brasil, o governo do presidente Lula segue aprofundando a agenda social, enquanto resiste firmemente contra a presença da extrema-direita no Congresso e na sociedade em geral. A retirada das tarifas por Donald Trump

## MUNDO

e das medidas contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, depois de diálogo com Lula, resultou em reconhecimento por parte da população sobre a capacidade de negociação do presidente brasileiro. No entanto, as eleições nacionais de outubro deste ano representam um momento de disputa além da eleitoral e se espera uma forte ingerência estadunidense, sobretudo nas questões de comunicação de campanha.

Na Colômbia, Gustavo Petro conseguiu diversas vitórias por mais direitos sociais, e o Pacto Histórico conquistou uma importante vitória nas eleições legislativas de 8 de março. Mas devemos estar atentos às eleições presidenciais de 31 de maio, que se desenvolverão sob uma forte ingerência do imperialismo.

A unidade dos partidos, forças e movimentos que formam o Pacto Histórico devem ser saudadas neste momento que lutamos contra o avanço trumpista e da extrema-direita e devemos estar atentos às manipulações jurídicas destinadas a dividi-los, restringindo os direitos de conformação de partidos e buscando impedir que forças importantes possam integrá-los. Houve um forte empenho em construir um amplo arco político para derrotar a direita nas eleições ao Congresso e à Presidência em 2026.

No México, o governo de Claudia Sheinbaum logra avançar com as políticas iniciadas por seu antecessor, Andrés Manuel López Obrador, dando continuidade ao segundo piso da 4ª Transformação. Ante as ameaças dos EUA, a presidenta impôs um limite às demandas de Trump e deixou claro que a soberania mexicana não é negociável.

A vitória eleitoral da Frente Ampla no Uruguai e seu retorno à Presidência do país com o companheiro Yamandú Orsi permitem a retomada das políticas sociais e uma gestão econômica centrada no povo, após cinco anos de políticas

neoliberais que destruíram parte dos avanços dos governos anteriores da Frente Ampla.

### Considerações finais

A América Latina e o Caribe enfrentam o risco de que se quebre a paz. A ameaça da militarização e do desenvolvimento de todas as formas de contrainsurgência é uma realidade. A contraofensiva imperialista se traduz em uma guerra híbrida, cujas características principais são a guerra comercial, a ampliação de sanções unilaterais extraterritoriais, a guerra comunicacional, as ações militares convencionais e não convencionais, e o uso de *lawfare* e *fake news*, com o objetivo de banir dirigentes de esquerda, criminalizar o protesto, perseguir os movimentos populares e encarcerar seus representantes, legitimando o saque e a apropriação dos nossos recursos.

Tudo isso é feito para destruir as experiências de esquerda e progressistas na região, para a apropriação dos recursos naturais e uma integração submetida às ambições hegemônicas dos EUA.

Em novembro de 2025, celebramos os 20 anos do “Não à ALCA”, um momento que conseguiu unir governos, partidos de esquerda e progressistas, movimentos sociais e sindicatos, todos trabalhando juntos na defesa da soberania da região para derrotar o avanço do imperialismo estadunidense sobre Nuestra América.

Esse momento deve servir de exemplo para retomarmos nossa luta unitária junto à nossa diversidade, fortalecer o desenvolvimento social e econômico sustentável, pela integração regional e com respeito à autodeterminação de nossos povos.

Às lutas de nossos partidos devem se somar as lutas dos movimentos sociais em nosso continente, pois somente com essa união poderemos fazer frente ao perigo que representa o avanço da extrema-direita e o retorno das políticas

neoliberais para nossos povos.

A história comprova que somente a unidade das forças políticas democráticas, progressistas e revolucionárias nos diversos países da América Latina e Caribe é o eixo para gerar as ações que permitam derrotar a direita e enfrentar o imperialismo, avançando para a paz, a soberania e a dignidade de nossos povos.

Este texto não poderia terminar de outra forma a não ser fazendo um chamado a todas as forças de esquerda e progressistas da América Latina e do Caribe, partidos, movimentos sociais e sindicais, organizações não governamentais, e todas aquelas e aqueles que lutam pela dignidade dos povos em todo o mundo a unirem-se em torno da defesa de Cuba. O êxito da Revolução Cubana é o êxito da luta por soberania e independência de nossas nações, e pela autodeterminação de nossos povos.



■ **MUNDO**

# Estados Unidos

**GRUPO DE TRABALHO  
ESTADOS UNIDOS**

*Cartaz do DSA contra as agressões de Trump contra à Venezuela e Cuba*

Sob o comando de Donald Trump, o Estado estadunidense está envolvido, desde janeiro de 2025, em uma trajetória perigosa para seu povo, para os povos latino-americanos e para os povos de todo o mundo, na absoluta contramão do que se faz necessário para construir um mundo multipolar, equitativo, sustentável e pacífico.

Em meio a crise econômica, escândalos de corrupção e nepotismo, incluindo os horrores pedófilos amplamente documentados nos chamados arquivos Epstein, o governo Trump tem lançado ataques sem fim: no plano doméstico, a criminalização e perseguição brutal contra os migrantes (na sua maioria, oriundos de países latino-americanos) que foram aos EUA em busca do “sonho americano”; no plano internacional, as distintas formas de violência que Trump tem utilizando tanto contra países inimigos quanto seus aliados antigos.

Agindo como um “déspota nada esclarecido”, Trump está tentando reescrever artigos fundamentais da Constitui-

ção americana, que estabelece os direitos à cidadania e à separação dos Poderes. Trump confronta o mundo com uma operação de chantagem tarifária, guerra híbrida e até de ataques frontais militares. O “Corolário Trump” da fatídica Doutrina de Monroe serve como “justificativa” e se materializa no cerco à Venezuela e sequestro ilegal do Presidente Maduro, assim como no bloqueio atroz imposto a Cuba, que paralisa sua economia e condena o seu povo à penúria. Foi por um ato arbitrário, igualmente sem autorização ou consulta prévia ao Congresso, que Trump lançou, juntamente com Israel, um ataque criminoso ao Irã, desencadeando uma guerra que impacta severamente a economia internacional e projeta sobre o mundo inteiro a sombra de uma conflagração de proporções imprevisíveis.

Na longa história de seu relacionamento com os Estados Unidos, o Brasil já foi alvo várias vezes da ação desestabilizadora do imperialismo americano. Foi assim na intervenção que contribuiu para o golpe militar de 1964. Foi assim, também, na montagem da Operação Lava Jato, que preparou o terreno para o golpe contra Dilma Rousseff, contra o presidente Lula e contra o Partido dos Trabalhadores.

No presente, vivemos outro ciclo de agressões. Como antes, a intervenção imperialista tem como objetivo afastar um governo comprometido com o povo e colocar em seu lugar uma camarilha servil. Nessa tentativa, Trump conta com o apoio ativo e desinibido de uma quinta coluna que tenta reassumir o comando do Estado nas eleições que se avizinham. Para cortar os tentáculos

## MUNDO

transnacionais dos neofascistas, o PT e outros setores de esquerda, democráticos e progressistas, precisam juntar forças com as forças políticas e sociais que lutam dentro do coração do império, no sentido de preservar e ampliar os interesses da grande maioria do povo.

Neste momento dramático, renovando seus compromissos com o socialismo, a democracia, a soberania nacional e a luta anti-imperialista, o PT resolve:

Ampliar a denúncia e mobilização contra as guerras e ilegalidades de Trump;

Junto com as forças socialistas, democratas e progressistas dos EUA e no marco de coalizões internacionais como o Foro de São Paulo e a Internacional Progressista, entre outras, o PT compartilhará iniciativas contra o bloqueio ilegal e imoral de Cuba e contra qualquer violação da autodeterminação dos povos latino-americanos;

Realizar, ainda no primeiro semestre de 2026, uma visita a Washington DC, envolvendo organizações políticas progressistas amigas nos EUA, como os Democratic Socialists of America (DSA) e a Bancada Progressista do Congresso estadunidense, para alertar contra as ingerências de Trump e aliados nas eleições brasileiras e para construir mecanismos conjuntos para combatê-la;

Continuar realizando intercâmbios bilaterais e cursos de formação política com os DSA, com o apoio técnico e programático da Fundação Perseu Abramo e do DSA Fund.



Manifestantes do DSA contra a guerra contra o Irã.



# LIBERDADE PARA CILIA E MADURO

## CONTRA O SEQUESTRO CRIMINOSO DO PRESIDENTE VENEZUELANO



■ **MUNDO****Ásia****GRUPO DE TRABALHO ÁSIA**

O mundo vive um período marcado por grandes incertezas e enormes perigos. Decadente, desmoralizado e sem a clareza estratégica que marcou sua ascensão à condição de Estado hegemônico mundial, o império estadunidense recorrerá a todos os meios de que dispõe — diplomáticos, econômicos, tecnológicos, militares, e, se preciso, nucleares — para restabelecer sua condição de potência hegemônica. O mundo que surgirá desse processo em nada se parecerá com o mundo no qual a imensa maioria das pessoas hoje vivas nasceram, marcado pela chamada ordem internacional liberal. Nada será (e muita coisa já não é) como antes.

A renovada atenção que os EUA vêm dedicando à América Latina deve

ser entendida no quadro mais geral das transformações causadas no sistema internacional pela ascensão da China e a consequente alteração no balanço de poder mundial. A América Latina passou à condição de campo de disputa geopolítica entre Estados Unidos e China.

O “pivô para a América Latina” que os EUA realizaram no começo da década de 2010 nada mais foi do que o desdobramento regional do “pivô para a Ásia” que a política externa dos EUA começava a realizar na mesma época. Os eventos da política internacional dos últimos 15 anos devem ser vistos no quadro da ascensão da China e da tentativa estadunidense de se contrapor à China e de reafirmar seu poder global.

Se, em grande parte dos países da América Latina, a estratégia dos EUA de se contrapor politicamente à influência da China foi bem-sucedida ao promover a onda de golpes contra os governos de esquerda da região, do ponto de vista econômico, os EUA não só não foram capazes de conter o peso da China como seguiram perdendo espaço nas relações econômicas na região.

É nesse quadro que se deve analisar a conjuntura internacional dos primeiros três meses de 2026. Longe de ser uma ação isolada e impensada, o ataque à Venezuela foi passo preparatório da guerra ilegal declarada unilateralmente pelos EUA e por Israel contra a República Islâmica do Irã, que, por sua vez, é parte do movimento de contenção e cerco militar dos EUA contra a China.

Iniciada durante negociações sobre o programa nuclear iraniano, a guerra de Israel e EUA contra o Irã extravasa os limites da região e revela-se etapa fundamental da estratégia estadunidense

## MUNDO

de contenção e cerco à China. De fato, a posição geográfica do Irã é das mais importantes para conectar, através do corredor terrestre da Iniciativa Cinturão e Rota, a China ao oeste da Ásia, ao Oriente Médio e à Europa. Sem atravessar o Irã, o corredor terrestre perde grande parte de sua significância estratégica para a China, uma vez que impede um acesso seguro e regular ao petróleo e gás do Irã e do Oriente Médio e aos mercados europeus.

Os ataques dos EUA e de Israel contra o Irã no dia 28 de fevereiro de 2026 deveriam servir como *grand finale* das campanhas militares imperialistas no Oriente Médio e como capítulo inicial de uma nova rodada de avanços dos EUA no sentido de conter e cercar a China. Mas, por ora, o Irã mostra a mais aguerrida disposição de resistir e contratar EUA, Israel e as monarquias do Golfo que apoiam a agressão ao Irã. Além de manter a pressão militar sobre os EUA, Israel e as monarquias do Golfo com bombardeios, o Irã está recorrendo à redução forçada da oferta de petróleo e gás como armas cujos efeitos são verdadeiramente globais e potencialmente destrutivos para a economia mundial.

A China é uma das principais interessadas no sucesso iraniano na guerra — sucesso que deve ser entendido como a sobrevivência da República Islâmica do Irã. A eventual queda da República Islâmica do Irã e sua substituição por um regime vassalo dos EUA e de Israel teria duas consequências graves para a China: as importações de petróleo e gás do Irã pela China passariam ao controle dos EUA; e o corredor terrestre da Iniciativa Cinturão e Rota estaria irremediavelmente bloqueado, estendendo-se da China até a Ásia Central, região nem de perto tão importante geopoliticamente para a China quanto o Oriente Médio e a Europa por causa do petróleo e gás daquela região e dos mercados

desta.

Na eventualidade da derrota da República Islâmica do Irã e sua substituição por um governo vassalo diretamente controlado pelos EUA, restaria à China o corredor marítimo da Iniciativa Cinturão e Rota. Este, no entanto, apresenta ainda mais dificuldades geopolíticas do que o corredor terrestre: além do maior custo e menor eficiência do transporte marítimo em relação a modais terrestres e infraestruturas de transporte de petróleo e gás ligando a China ao Oriente Médio e à Europa, o transporte marítimo da China em direção ao oeste é altamente vulnerável ao gargalo representado pelo Estreito de Malaca, que conecta o Mar do Sul da China e o Pacífico ao Oceano Índico, que pode ser facilmente fechado à passagem de navios.

Por causa dos estreitos e profundos interesses comerciais e políticos que unem o Brasil e a América do Sul à China, qualquer interrupção ou mesmo redução do comércio da região à China terá efeitos muito amplos e debilitantes sobre os países da região.

Pelas razões acima expostas, é preciso

que o Partido dos Trabalhadores tome uma série de iniciativas no sentido de consolidar uma estratégia de política internacional que permita ao Partido e ao Brasil conhecer e navegar as águas da política internacional em face das importantes mudanças em curso.

O Partido dos Trabalhadores precisa aprofundar seu conhecimento e suas relações com a Ásia de modo geral. Além da China, com quem o Partido tem sólidas relações e bastante conhecimento acumulado, deve ser dada prioridade à produção de conhecimento e ao estabelecimento de relações com países do sul, do leste e do sudeste da Ásia, entre eles Índia, Coreia do Sul, Japão, Vietnã, Malásia e Indonésia. Para isso, o Partido deve realizar seminários regulares sobre a política internacional da Ásia e organizar missões para esses países.

O Partido dos Trabalhadores também deve dedicar maior atenção à Ásia Ocidental, com ênfase no Oriente Médio e na região do Cáucaso, aprofundando o conhecimento sobre a região quando houver pouco conhecimento sistemático acumulado, problema mui-



Maio de 2025. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, durante a cerimônia de boas-vindas, no Grande Palácio do Povo, Pequim - China. Foto: Ricardo Stuckert / PR



## MUNDO



2025, Delegações da Juventude do PT e da Liga Nacional de toda a Juventude Chinesa em Jinggangshan

to maior no caso do Cáucaso do que do Oriente Médio.

Além dessas regiões, o Partido dos Trabalhadores deve se dedicar a conhecer com mais profundidade a Ásia Central, uma vez que os Estados Unidos estão executando uma ampla campanha militar global em direção ao leste (Ucrânia, Oriente Médio, Irã), tornando muito possível que as disputas geopolíticas continuem avançando para a Ásia Central numa próxima etapa da estratégia de contenção e cerco à China pelos EUA.

O Partido dos Trabalhadores deve compreender que o futuro do Brasil dependerá de nos anteciparmos ao reordenamento geopolítico em curso e de dispormos de uma rota alternativa aos

postos do litoral Atlântico para mantermos nosso comércio com a China em especial e com a Ásia de modo geral. Para isso, nada é mais importante do que concluir a rota bioceânica rodoviária e dar início à construção da rota bioceânica ferroviária, que permitirão o escoamento dos produtos brasileiros por portos do Pacífico. É de fundamental importância que o Brasil retome seu papel de líder regional e de fonte de financiamento da infraestrutura que manterá o país conectado ao Pacífico e assim à Ásia.

A política externa do Partido dos Trabalhadores para o período 2027/2030 deverá, consequentemente, acompanhar o deslocamento do centro dinâmico da economia global e das grandes questões geopolíticas em direção à Ásia e ao Índico-Pacífico, o mesmo valendo para a política externa brasileira.

A retomada e o fortalecimento das iniciativas que envolvem países do Sul Global precisam se tornar prioridade da política externa brasileira para o período 2027/2030.

Em relação ao programa de política internacional do Partido dos Trabalhadores, será preciso retomar a prática de produzir conhecimento e refletir sobre as múltiplas e variadas trajetórias de desenvolvimento de países pouco ou não alinhados aos EUA para disseminar suas experiências para os quadros do Partido.

O Partido dos Trabalhadores deve compreender que, nos próximos anos, as tensões que vêm se acumulando no

sistema internacional no último quarto de século se tornarão mais, e não menos, agudas. O recurso à intervenção militar e à guerra será cada vez mais frequente e nenhum país fraco estará a salvo de intervenções estrangeiras dos mais variados tipos: ataques cibernéticos, guerras híbridas, sanções, sequestro e assassinato de líderes políticos, ataques militares e, no limite, ocupação militar.

O Brasil deve atualizar sua doutrina de defesa e buscar conquistar autonomia no desenvolvimento e produção de equipamentos de defesa capazes de sustentar uma guerra assimétrica contra potências hemisféricas ou extra-hemisféricas mais avançadas tecnológica e militarmente.

O Partido dos Trabalhadores deve compreender que não é possível desenvolver as forças produtivas do Brasil sem avanços significativos na ciência, tecnologia e inovação (CTI). Para tanto, além do desenvolvimento interno da CTI, o Brasil precisará estabelecer mecanismos de transferência e absorção de conhecimento de países mais avançados em CTI por meio da identificação de tecnologias maduras ou trajetórias tecnológicas mais promissoras. A escolha de parceiros internacionais para estabelecer colaborações em CTI, contudo, é antes de tudo uma decisão político-estratégica que deve levar em conta o contexto geopolítico atual e os possíveis cenários futuros de inserção internacional do Brasil. Para realizar essa tarefa, o Partido deve sistematizar conhecimentos sobre o panorama da CTI global recomendando aos grupos regionais de análise de conjuntura da SRI que incorporem a suas tarefas a acompanhamento da CTI das respectivas regiões. Além disso, o Partido deve organizar seminários internos sobre CTI e missões internacionais de diálogo e prospecção na área de CTI envolvendo dirigentes e cientistas convidados.

■ MUNDO

# África

## GRUPO DE TRABALHO ÁFRICA

Em seus mandatos anteriores, os governos encabeçados por presidentes petistas conseguiram imprimir avanços significativos no volume e na qualidade da relação do Brasil com a África, incluindo esta relação em nossas prioridades nas relações exteriores. Mesmo então houve insuficiências, problemas e erros. Ademais, houve mudanças significativas no cenário brasileiro e africano. Cabe hoje, portanto, formular uma política atualizada.

Nas últimas décadas, o continente africano sofreu profundas mudanças em sua economia, política, demografia, organização social, atores externos e internos. Há uma necessidade urgente de conhecermos a realidade atual das cinco regiões africanas e cada um de seus países.

Internamente ao Brasil, em mandatos anteriores e mesmo no atual mandato federal, as pautas para a África ficaram em boa medida atreladas às atividades governamentais e a narrativas brasileiras sobre o continente, que muitas vezes obscureciam a compreensão das realidades africanas.

Para superar essa situação, o PT necessita fazer dois movimentos.

No Brasil, aproximar-se mais dos círculos científicos-acadêmicos, governamentais, empresariais e dos movimentos de massa brasileiros que mantêm

relações com África.

Na África, o PT necessita ultrapassar a abordagem restrita às relações com partidos africanos no governo, e ampliar o diálogo com partidos políticos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas africanas.

Os dois movimentos citados visam coletar e produzir conteúdo a fim de subsidiar os militantes e as instâncias partidárias.

A cooperação acadêmica e científica com o continente é fundamental e prioritária, inclusive para contrapor ideologias negacionistas, em particular as neopentecostais, algumas delas fomentadas

no Brasil e que têm avançado no continente africano, aliciadas por enormes recursos humanos e financeiros.

Devemos participar e promover encontros e seminários de reflexão e troca de experiências, que sirvam de base para atuações comuns nas pautas internacionais de luta contra a exploração e a dominação dos nossos povos e por uma nova ordem mundial.

A conjuntura internacional pós-neoliberal que se abre exige que o objetivo central do Partido seja trabalhar pela superação do capitalismo em todas as suas facetas. Por isso, a prioridade na relação com o continente africano deve se dar com os partidos e movimentos popula-





## ■ MUNDO

res do campo progressista, com especial atenção aos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), dos países membros do BRICS e os integrantes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACA).

Buscamos conhecer a África e nos fazermos conhecer pelos africanos para se estabelecer uma relação duradoura e de longo prazo entre partidos e movimentos sociais de forma solidária e duradoura.

A relação do PT com a África não pode ser espontânea, devendo ser cultivada, o que exige, entre outras medidas, constituição de um setor específico e permanente dedicado à África no interior da Secretaria de Relações Internacionais, para, assim, garantir continuidade de uma visão estratégica, forjada nos estudos e na cooperação ativa na luta comum. O plano de trabalho deste setor não se confunde nem se limita às ações do governo brasileiro. Devemos criar as condições e alocar recursos financeiros e humanos para a criação e manutenção deste setor África, que terá como objetivos, entre outros:

Subsidiar o PT com estudos socioeconômicos e políticos dinâmicos sobre as

regiões africanas, que enriqueçam a compreensão das conjunturas e forneçam instrumentos de ação, dando sentido ao conhecimento das transformações que vêm sofrendo o continente nas últimas décadas;

Conhecer os principais atores políticos, sociais, econômicos e culturais no continente;

Propor ao Partido as linhas gerais de uma política estratégica das relações do Brasil com a África, suas prioridades e características;

Propor e participar de seminários internacionais desenvolvidos em nosso território ou no exterior, principalmente na África, nas temáticas das relações do Brasil com o continente africano, e para troca de conhecimento mútuo das realidades internas;

Programar visitas de delegações às diferentes regiões e países da África;

Desenvolver canais permanentes de contatos com partidos, movimentos sociais, instituições científico-acadêmicas, de forma presencial e virtual, com atualização constante;

Armazenar e divulgar conteúdos sobre a temática.

O PT deve aprofundar a relação entre políticas de ações afirmativas e o continente africano, valorizando os vínculos históricos, culturais e políticos da diáspora africana no Brasil. Porém, o trato das relações do Brasil com o continente deve ser específico de relações entre países. A questão afro-brasileira, de crucial importância, transcende a SRI, não definindo a política internacional do PT e a política externa do governo do Brasil com aquele continente. Estas questões se relacionam, mas não se confundem.

### A relação do governo brasileiro com a África

O PT pode e deve apoiar e incentivar políticas e programas governamentais para a África, nos mais diferentes setores: educação, cultura, saúde, agricultura, pesquisa, infraestrutura, construções, investimentos diretos, comércio, cooperação técnica etc. E assegurar que essas políticas, incluindo as de comércio e investimento, garantam a segurança do nosso país, a dignidade aos povos envolvidos, sejam de interesses mútuos, e sigam um objetivo estratégico do Brasil.



■ MUNDO

# Oriente Médio

## GRUPO DE TRABALHO ORIENTE MÉDIO



região de caráter estratégico para a dominação global dos Estados Unidos. Sua centralidade energética, sua posição geográfica entre Europa, Ásia e África e sua importância para as rotas comerciais e militares fazem da região um território decisivo na tentativa norte-americana de frear o declínio de sua hegemonia. Em um contexto de transição da ordem mundial, marcado pela ascensão da China, a resistência da Rússia e o fortalecimento de articulações do Sul Global, a ofensiva dos EUA no Oriente Médio busca não apenas controlar recursos e territórios, mas também enfraquecer vínculos políticos, econômicos e militares que possam consolidar uma aliança euroasiática e multipolar contrária aos interesses de Washington.

○ Partido dos Trabalhadores manifesta sua mais firme condenação à escalada militar promovida pelos Estados Unidos e por Israel no Oriente Médio, em particular à guerra de agressão desencadeada contra a República Islâmica do Irã. Trata-se de mais um passo na política de desestabilização e reorganização coercitiva da região por parte do imperialismo estadunidense e seu principal aliado, o Estado de Israel.

O Oriente Médio segue sendo uma

Essa política militarista vincula-se diretamente a um projeto mais amplo da política externa norte-americana: enfraquecer e destruir a institucionalidade multilateral construída após a Segunda Guerra Mundial. Organismos como as Nações Unidas e diversos tratados internacionais nasceram em um contexto que buscava estabelecer limites jurídicos e diplomáticos ao uso da força. Nas últimas décadas, porém, Washington tem sistematicamente desrespeitado ou instrumentalizado essas instituições,



## ■ MUNDO

recorrendo a guerras unilaterais, sanções extraterritoriais e intervenções militares sem autorização internacional. Ao enfraquecer o direito internacional e a governança multilateral, o imperialismo norte-americano busca garantir para si a liberdade de ação necessária para impor sua vontade por meios militares, econômicos e tecnológicos.

Nesse quadro, Israel cumpre papel central. Mais do que aliado circunstancial, o Estado israelense funciona como enclave militar, tecnológico e político do imperialismo no Oriente Médio. Sua aliança estrutural com os Estados Unidos o converte em ponta de lança de uma estratégia regional baseada em intimidação permanente, agressão militar, espionagem, sabotagem e fragmentação das nações de maioria muçulmana. O apoio estadunidense a Israel reveste-se de parceria orgânica, que articula interesses geopolíticos, militares e econômicos voltados à manutenção da supremacia ocidental.

O Partido dos Trabalhadores reafirma sua compreensão de que o regime sionista possui natureza colonial, racista e expansionista. Sua formação histórica se deu pela expulsão do povo palestino de sua terra, pela ocupação territorial, pela criação de um sistema de *apartheid* e pela negação sistemática dos direitos nacionais do povo palestino. Ao longo das décadas, esse regime aprofundou sua lógica de anexação territorial e limpeza étnica, transformando a Palestina ocupada em um espaço permanente de repressão, militarização e segregação. A conduta do governo israelense, sustentada por forças de extrema-direita e por um projeto abertamente supremacista, sob o comando de Benjamin Netanyahu, agrava essa identidade estrutural e ameaça toda a região com guerras sucessivas

de agressão. O atual núcleo dirigente do sionismo não esconde suas pretensões de avançar no rumo de seu objetivo final: a reconstrução da Grande Israel bíblica, do rio Eufrates ao rio Nilo, cujas fronteiras hoje equivaleriam à totalidade da Palestina, da Jordânia e do Líbano, além de porções da Síria, do Iraque, da Arábia Saudita, do Kuwait e do Egito.

Desde outubro de 2023, o mundo assiste ao mais grave genocídio



do século XXI, com a devastação da Faixa de Gaza e o massacre do povo palestino pelas forças armadas israelenses. Sob o pretexto de combater organizações armadas palestinas, o governo de Israel desencadeou uma ofensiva militar caracterizada por bombardeios massivos contra áreas densamente povoadas, destruição sistemática de infraestrutura civil, hospitais, escolas, universidades e campos de refugiados, além do bloqueio deliberado de alimentos, água, medicamentos e energia. Milhares de crianças, mulheres e idosos foram mortos, dezenas de milhares ficaram feridos e a imensa maioria da população foi deslocada de suas casas. A destruição

de Gaza não é apenas uma tragédia humanitária: constitui um projeto político de limpeza territorial, buscando liquidar a questão palestina através da violência, da carnificina e da emigração forçada.

A agressão contra o Irã, nesse contexto, deve ser lida como integrada a uma estratégia mais ampla de cerco às forças, Estados e movimentos que resistem à dominação imperialista e à hegemonia israelense no Oriente Médio. Ao atacar o Irã, os Estados Unidos e Israel buscam destruir o principal polo de resistência a seus planos, completando o processo iniciado em 2003, com a invasão do Iraque, cuja meta sempre foi a de derrubar governos que se contrapunham a Washington e Tel-Aviv, aos quais se somam, além do próprio Iraque, as antigas administrações da Líbia e da Síria.

A República Islâmica do Irã, no entanto, acumulou capacidades políticas, militares, econômicas e diplomáticas para resistir ao cerco norte-americano, como tem demonstrado até o presente momento em sua guerra defensiva contra a Casa Branca e o regime sionista. Fruto de uma revolução popular, essa república se coloca como o maior dos obstáculos contra as operações neocoloniais deflagradas no Oriente Médio, em seu esforço por controlar territórios, fontes de petróleo e rotas de navegação.

O PT condena e rejeita a proposta de um suposto “Conselho da Paz”, patrocinado por Donald Trump. Representa um instrumento da estratégia imperialista, fundado sob o pretexto de reconstruir a Faixa de Gaza. Tal iniciativa não constitui caminho de pacificação, mas meio de legitimação da ordem imperial e sionista no Oriente Médio. Não haverá paz verdadeira sob tutela

## MUNDO

das potências agressoras, nem sob mecanismos desenhados para desarmar a resistência dos povos. A paz defendida pelo imperialismo baseia-se na capitulação, na ocupação e no silenciamento dos que lutam por autodeterminação.

A favor de Estados Unidos e Israel atuam a cumplicidade e a passividade dos governos árabes, muitos dos quais facilitando a agressão imperialista contra o Irã. Prevalecem, na região, monarquias e repúblicas marcadas pela submissão aos Estados Unidos e acomodadas à normalização com Israel. Esses regimes, ao abandonarem a causa palestina e aceitarem a integração na arquitetura regional desenhada por Washington, tornam-se peças auxiliares da opressão imperialista e sionista, enfraquecendo a unidade dos povos árabes e abrindo espaço para novas agressões.

O PT reafirma também sua histórica relação de solidariedade e cooperação com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a Autoridade Palestina, reconhecendo o papel fundamental que essas instituições tiveram na afirmação internacional da causa palestina e na construção da representação política de seu povo. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que o regime sionista e os Estados Unidos desenvolveram, ao longo das últimas décadas, uma estratégia sistemática para enfraquecer, isolar e subordinar a liderança nacional palestina,



restringindo suas capacidades institucionais. Essa estratégia foi acompanhada por esforços permanentes para dividir o movimento nacional palestino e impedir a construção de uma frente unificada de resistência. Diante desse cenário, o Partido dos Trabalhadores apoia todas as iniciativas de reconciliação entre as correntes palestinas: a unidade de suas organizações e lideranças é condição indispensável para fortalecer a resistência, ampliar o apoio internacional e avançar na construção de um Estado palestino soberano, democrático e plenamente reconhecido pela comunidade internacional.

O PT reconhece o papel desempenhado pelo chamado eixo da resistência na contenção da expansão israelense e na resistência à dominação imperialista.

Em contextos distintos, com histórias e naturezas próprias, essas forças expressam, em grande medida, a recusa de setores populares e nacionais à ocupação, à humilhação colonial e à submissão regional. Seu protagonismo não pode ser compreendido a partir da narrativa criminalizadora difundida pelas potências ocidentais e por seus aparelhos midiáticos, mas, sim, no marco concreto da resistência à opressão, à ocupação e à guerra permanente.

O PT reafirma sua plena solidariedade ao povo palestino e a seu direito histórico à autodeterminação, à resistência e à constituição de um Estado soberano. Reitera também sua solidariedade ao povo iraniano diante da agressão externa e a todos os povos do Oriente Médio que lutam contra a guerra, a ocupação, o colonialismo e a ingerência imperialista.

O Partido dos Trabalhadores conclama sua militância, seus parlamentares, seus dirigentes e seus governos a intensificarem a denúncia política, a solidariedade internacionalista e a mobilização pública contra a guerra imperialista no Oriente Médio. A luta do povo palestino, a resistência do Irã diante da agressão externa e a batalha dos povos árabes e muçulmanos contra a submissão são parte inseparável da luta universal por soberania, emancipação e justiça.



**MUNDO**

# Europa

**GRUPO DE TRABALHO EUROPA**

**N**a Europa, as crises, que vinham colocando em causa os direitos sociais e o bem-estar das populações, se somam a novos conflitos e tensões que atentam contra a paz, a democracia e a estabilidade regional. A integração europeia vem evidenciando seus limites desde a crise financeira de 2008, agravada por outros fatores, como a crise migratória e o Brexit, pressionando a União Europeia diante de suas insuficiências institucionais e políticas. O racismo, a xenofobia e a intolerância se tornam armas do discurso político e servem de combustível para o ódio e a violência, culpabilizando as minorias e os mais pobres pelos problemas sociais provocados pelo neoliberalismo, que reduziu o Estado de bem-estar social europeu, revogou as políticas de pleno

emprego e cortou direitos dos trabalhadores.

O crescimento eleitoral da extrema-direita, que inclusive participa de governos em vários países europeus, coloca em sério risco a democracia e a paz, assim como os direitos das minorias, incluindo trabalhadoras e trabalhadores migrantes. Mesmo quando não alcançam o poder, as forças extremistas aproveitam as insatisfações sociais com o aumento do custo de vida e as dificuldades de afirmação da esquerda em constituir alternativas de poder. Discursos fascistas, racistas e misóginos são impulsionados na televisão e nas redes sociais, ganham espaço no debate público, alavancam crimes de ódio e influenciam o posicionamento de outros campos políticos, conduzindo a restrições de direitos, especialmente de

mulheres, minorias étnicas e populações migrantes, sob o pretexto de neutralizar a extrema-direita. De acordo com dados do Itamaraty relativos a 2022, cerca de 1,5 milhão de brasileiros e brasileiras trabalham, estudam e vivem na Europa. Essas comunidades brasileiras se encontram hoje entre as populações vulneráveis diante do crescimento de práticas discriminatórias e políticas de criminalização da imigração.

A guerra na Ucrânia expôs as contradições no pós-Guerra Fria no Leste Europeu e na posição da Rússia no continente, assim como a excessiva dependência da Europa Ocidental na relação com os EUA, que, até hoje, mesmo após o fim da Guerra Fria, mantém sua presença militar através da OTAN. Como avisou o presidente Lula, a corrida armamentista substituiu o diálogo, dificultando ainda mais as condições para a paz. De forma expressiva, os governos europeus estão excluídos das negociações em curso entre EUA, Rússia e Ucrânia. A guerra na Europa, tal como o genocídio de Gaza, a guerra no Irã e as interferências dos EUA sobre a América Latina e o Caribe, é um dos sintomas do unilateralismo e do belicismo crescente, exigindo renovado compromisso com a paz, o diálogo e o multilateralismo nas Relações Internacionais, como vem sendo defendido pelo governo brasileiro.

Como resultado da excessiva dependência diante dos EUA, os países da União Europeia vêm enfrentando perda de vantagens competitivas e no comércio internacional, mais inflação, mais desemprego e menores taxas de crescimento do PIB, além de prejuízos para a segurança e estabilidade regional. Além disso, a crescente hostilidade e as imposições por parte do governo Trump vêm

## MUNDO

agravando divergências entre as lideranças europeias. É importante ressaltar a corajosa atuação do presidente do governo espanhol, Pedro Sánchez, que recusou destinar 5% do PIB por ano para a Defesa, como Trump e a OTAN exigiam, denunciou o genocídio de Gaza e rejeitou a guerra contra o Irã. É cada vez mais evidente que a Europa enfrentará o desafio de desenvolver sua autonomia estratégica, sob pena de fragmentação e decadência na nova realidade mundial.

Desde 2023, o governo brasileiro, liderado pelo presidente Lula, vem retomando e aprofundando laços internacionais também com a Europa, pautado pela defesa da democracia, pelo combate à desigualdade e pela preservação do meio ambiente, no quadro de uma política externa orientada ao multilateralismo. Nesse contexto, o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul representa, acima de tudo, o objetivo político de diversificação e de consolidação de relações entre os dois blocos, contrariando a instabilidade provocada pelas tarifas e interferências estadunidenses e o cenário potencial de uma bipolarização dos EUA com a China. O acordo, que cria uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, facilita exportações e investimentos, mas também coloca questões como o perfil de desenvolvimento do Brasil, a importância da política de reindustrialização do país – incluindo transferências de tecnologia, contra uma excessiva dependência do setor primário-exportador –, e a preservação do meio ambiente.

O Partido dos Trabalhadores pauta sua política internacional pela solidariedade nas lutas anti-imperialistas, por democracia e socialismo, contra todas

as formas de opressão. Desde sempre, o PT mantém relações com as principais correntes partidárias da esquerda europeia, incluindo partidos comunistas, social-democratas, verdes e novas correntes do campo popular. Também mantém e promove o diálogo com o sindicalismo europeu, com os movimentos sociais e intelectuais não alinhados. Perante os desafios atuais, o PT deve manter essa opção pluralista, aprofundando laços diversificados com todas as forças políticas europeias que defendem a paz e possuem compromisso com a justiça social e a democracia.

No âmbito das Relações Internacionais com os partidos amigos na Europa, o PT deve:

Reforçar articulações em defesa da paz, do respeito ao Direito Internacional, da soberania e autodeterminação dos povos, pautando sua política internacional pela defesa do multilateralismo e de uma reforma das instituições e organismos internacionais que permita reforçar o peso dos países do Sul Global, assim como novas iniciativas de diálogo, de aproximação e intercâmbio entre organizações regionais europeias e latino-americanas. Também deve discutir junto de partidos amigos a criação de fóruns inter-regionais no âmbito partidário, dos movimentos sociais e da sociedade;

Promover a troca de experiências e os laços de solidariedade em defesa da democracia e contra o fascismo. Nas eleições 2026, é fundamental garantir que nossos parceiros europeus expressem solidariedade à democracia brasileira e que acompanhem o processo eleitoral diante do cenário de enfrentamento ao fascismo e do risco de interferências externas contra a soberania brasileira;

Posicionar-se contra o racismo, a xenofobia, a misoginia e a criminalização da imigração, e em defesa dos direitos dos trabalhadores, do combate à pobreza e à desigualdade e da preservação do meio ambiente. Nesse sentido, é importante reforçar o diálogo sobre direitos humanos e políticas públicas junto de partidos que participem em governos europeus ou que possuam representação parlamentar em seus países, em especial, países com comunidade brasileira expressiva.

No sentido de alcançar esses objetivos, a Secretaria Nacional de Relações Internacionais (SRI) deve organizar visitas periódicas aos países europeus que sejam governados por partidos amigos ou de importância estratégica, ou com população brasileira expressiva, envolvendo os Núcleos do PT na Europa; manter diálogo permanente com os diversos grupos políticos da esquerda e do

campo democrático na União Europeia; estimular governantes, parlamentares, militantes e intelectuais petistas para que estreitem laços junto de parceiros europeus; e organizar o acompanhamento internacional ao processo eleitoral de 2026.



**AGENDA**

# PROGRAMAÇÃO INTERNACIONAL

**22 ABRIL** | quarta**8h às 10h** | Seminário**A situação mundial e os desafios da integração regional latino-americana***Palestrantes:***Pedro Silva Barros**, economista, conselheiro da Fundação Perseu Abramo;**Monica Valente**, diretora da Fundação Perseu Abramo e**Breno Altman**, jornalista, diretor do portal Opera Mundi**Coordenação:** **Valter Pomar**, diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo**18h às 22h** | Seminário**Declínio estratégico e as ameaças táticas do imperialismo estadunidense***Palestrantes:***Jana Silverman**, coordenadora geral do Comitê Internacional do Democratic Socialists of America/DSA e**Sebastião Velasco**, professor de Ciência Política e Relações Internacionais da UNICAMP**Coordenação:** **Valter Pomar**, diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

Sede da FPA | Rua Francisco Cruz 234, Vila Mariana, São Paulo, SP

**23 ABRIL** | quinta**19h às 22h** | Painel SRI/FPA**Eleições e Soberania na América Latina***Palestrantes:***Humberto Costa**, secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores e senador da República, Brasil;**Héctor Días Polanco**, representante do Movimiento de Renovación Nacional/MORENA, México e**representante de Cuba presente no 8º Congresso****Coordenação:** **Monica Valente**, diretora da Fundação Perseu Abramo

Espaço internacionalista da FPA no 8º Congresso

**24 ABRIL** | sexta**8h às 10h** | Roda de conversa**“As guerras de Trump” e os desafios da esquerda***Palestrantes:***Jana Silverman**, coordenadora geral do Comitê Internacional do Democratic Socialists of America/DSA;**Marília Maschon**, coordenadora nacional do GT “Direitos dos Migrantes” do Democratic Socialists of America/DSA;**Ualid Rabah**, presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil/FEPAL e**Víctor Manuel Cairo Palomo**, embaixador de Cuba no Brasil**Coordenação:** **Valter Pomar**, diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

Espaço internacionalista da FPA no 8º Congresso

**12h às 14h** | Roda de conversa**África***Palestrantes:***Representantes de partidos africanos no 8º Congresso****Coordenação:** **Maria Carlotta**, conselheira da Fundação Perseu Abramo

Espaço internacionalista da FPA no 8º Congresso

**24 ABRIL** | sexta**18h às 20h** | Ato**Ato de solidariedade internacional pela Paz***Palestrantes:***Víctor Manuel Cairo Palomo**, embaixador de Cuba no Brasil**Embaixadores da Palestina, da Venezuela e do Irã - a confirmar****Coordenação:** **Humberto Costa** e **Misiara Oliveira**, secretário e secretária adjunta da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores

Plenário do 8º Congresso

**25 ABRIL** | sábado**8h às 10h** | Debate**Os desafios da esquerda e dos setores democráticos nos Estados Unidos***Palestrantes:***Jana Silverman**, coordenadora geral do Comitê Internacional do Democratic Socialists of America/DSA;**Marília Maschon**, coordenadora nacional do GT “Direitos dos Migrantes” do Democratic Socialists of America/DSA;**Coordenação:** **Monica Valente**, diretora da Fundação Perseu Abramo

Espaço internacionalista da FPA no 8º Congresso

**8h às 10h** | Seminário**A crise do multilateralismo e a reforma da governança global como fundamento para a paz***Palestrantes:***Elisabet Kaiser**, representante do Partido da Social Democracia/SPD, Alemanha**Celso Amorim**, embaixador, chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Brasil**Representante da República Popular da China**

Plenário do 8º Congresso

**19h às 22h** | Roda de conversa**China***Palestrantes:***Embaixador da República Popular da China - a confirmar****Coordenação:** **Valter Pomar**, diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

Espaço internacionalista da FPA no 8º Congresso

